

Belbut  
Belbut

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE**

--- Aos vinte e sete de abril de dois mil e quinze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP); Cláudia Maria Ascensão Mendonça de Oliveira Vieira (PS); Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guida Maria Vieira Martins (BE); João Valdemar Berenguer (PTP); José Gabriel Pereira Oliveira(PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Marco Nuno Franco Freitas (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias; Filomena Maria Teixeira Gonçalves; Gonçalo Nuno Pimenta Camacho; Lino Ricardo Silva Abreu. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV** – Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; Herlanda Maria Gouveia Amado e Jorge Manuel Morais da Silva Reis. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alberto Rufino Fernandes Casimiro; Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; Carlos Miguel Encarnação Gonçalves; David João Rodrigues Gomes; Duarte Paulo Quintal Pereira; Francisco Manuel Freitas Gomes; José Agostinho Freitas Baptista; Luís Miguel Moura Sousa; Maria Elisabete Mendonça Andrade; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro José Jardim Gomes; Pedro Miguel A. Santos Gouveia; Raquel João Martins da Silva; Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira; Rui Alberto Garanito Santos e Rui Nuno Barros Cortez. -----

--- **Grupo Municipal do PND** – Ana Patrícia da Silva Oliveira; Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar; Donato Paulo Vares Macedo-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Énio Dionísio Vieira Martins, João José Nascimento Rodrigues, José Manuel Sousa Rodrigues, Paulo Alexandre Atouguia Aveiro e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:** -----

**1.1. O Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes,** Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PS, foi substituído por Marco Nuno Franco Freitas, Vice-presidente da referida Junta de Freguesia.

**1.2. O Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira.

**1.3. O Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pela Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

**1.4. O Deputado Municipal Lívio Rómulo Soares Coelho,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pelo Deputado Municipal Carlos Miguel Encarnação Gonçalves. -----

**1.5. O Deputado Municipal Marco Alexandre R. Pereira Fernandes,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pelo Deputado Municipal Carlos Miguel Abreu dos Santos Gouveia. -----

*Paulo Balon*  
A.

**1.6. A Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho**, eleito pela Coligação Mudança, indicada pelo PS, foi substituída pelo Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu. ---

**1.7. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes**, eleito pelo PCP/PEV, foi substituído pelo Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues. -----

**1.8. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira, Tesoureiro da referida Junta de Freguesia. -----

**1.9. O Deputado Municipal Manuel Nélio Vicente Pereira**, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PS, foi substituído pela Deputada Municipal Cláudia Maria Ascensão Mendonça de Oliveira Vieira. -----

**1.10. A Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes da Silva**, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pelo PPD/PSD, foi substituída por José Agostinho Freitas Baptista, secretário da referida Junta de Freguesia. -----

## **2. SUSPENSÃO DE MANDATO:** -----

**2.1. O Deputado Municipal Virgílio de Freitas da Silva Berenguer**, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PTP, solicitou a suspensão de mandato de vinte e três de abril a vinte e quatro de agosto de dois mil e quinze, sendo substituído pelo Deputado Municipal Carlos Alejandro da Câmara Figueira. -----

## **3. CESSAÇÃO DA SUSPENSÃO:** -----

**3.1. O Deputado Municipal Alberto Rufino Fernandes Casimiro**, eleito pelo PPD/PSD, cessou a suspensão de mandato. -----

**3.2. O Deputado Municipal Francisco Manuel Freitas Gomes**, eleito pelo PPD/PSD, cessou a suspensão de mandato. -----

**4. O Senhor Presidente da Assembleia** informou que não foi possível concluir em tempo útil, a ata da reunião de vinte e seis de novembro, continuação da sessão ordinária de vinte

e quatro de novembro, da sessão extraordinária de dezanove de dezembro de dois mil e catorze e da sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, pelo que será colocada à votação apenas a ata da sessão ordinária de vinte e quatro de novembro de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

## **5. EXPEDIENTE:**-----

**5.1.** A Assembleia Municipal de Viseu enviou o teor de uma Moção aprovada na sua Sessão Ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, sobre o combate à corrupção.

### **5.2. Convites enviados ao Presidente da Assembleia:** -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho enviou um convite, para a Cerimónia de Comemoração dos quatrocentos e trinta e seis anos da freguesia, que se realizou no dia três de março de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Direção do Núcleo do Funchal da Liga dos Combatentes enviou um convite, para a Sessão Solene da Cerimónia Comemorativa do 80.º Aniversário da Fundação do Núcleo do Funchal na RAM, que se realizou no dia sete de março de dois mil e quinze. -----

- O Presidente do Conselho Executivo da Associação de Municípios da RAM enviou um convite, para a participação do Fórum “REGIÕES do FUTURO”, que se realizou no dia vinte de março de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente do Governo regional enviou um convite, para a cerimónia de deposição de flores no Monumento dedicado à Revolta da Madeira, que se realizou no dia quatro de abril de dois mil e quinze. -----

- No âmbito das comemorações do Mês da Prevenção dos Maus Tratos, a Senhora Presidente da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens enviou os seguintes convites:

- Cerimónia de abertura da “Campanha Laço Azul”, que se realizou no dia dez de abril de dois mil e quinze. -----

*Paulo*  
D.

- Participação numa CAMINHADA, que se realizará no dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: ----

- Um Madeira de Honra, por ocasião da homenagem ao Senhor Harvey Foster, que se realizou no dia onze de março de dois mil e quinze. -----
- O descerramento do busto do Senhor Harvey Foster, bem como a designação de toponímia à rotunda junto ao Porto do Funchal, "Rotunda Harvey Foster", que se realizou no dia doze de abril de dois e mil e quinze. -----
- A apresentação pública dos resultados do Orçamento Participativo do Funchal 2014/2015, que se realizou no dia vinte e oito de março de dois mil e quinze. ---
- Integrado nas Comemorações dos 41 anos da Revolução de 25 de Abril:
  - Concerto do Fadista Camané, que se realizou no dia vinte e quatro de abril de dois mil e quinze. -----
  - Hastear das Bandeiras, na Praça do Município e Sessão Solene, nos Paços do Concelho, que se realizou no dia vinte e cinco de abril de dois mil e quinze. ----
- Participação na Procissão, seguida de Missa em honra de S. Tiago Menor, Padroeiro da Cidade do Funchal, que se realizará na Igreja do Socorro, no dia um de maio de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior enviou, o Regulamento do VIII Concurso de Fotografia "A minha freguesia" 2015, para conhecimento e divulgação.

## **6. Pedidos de intervenção reencaminhados à Câmara Municipal do Funchal: -----**

### **6.1. Do PTP: -----**

- Pedidos de esclarecimento sobre: -----
  - As rendas em atraso da Escola Profissional Atlântico à Câmara Municipal do Funchal. -----

- O licenciamento de esplanada do estabelecimento denominado, "J. V. mercearia e confeitaria, Lda.", sito à Rua dos Murças. -----

**6.2. Do PCP/PEV:** -----

• Pedidos de esclarecimento sobre: -----

- Reclamações apresentadas pelo munícipe Duarte Nuno Filipe Patrício. -----

- Situação da inscrição nos serviços habitacionais de: Márcia Maria Vieira Barata Fernandes, Carina Eliana Abreu da Silva. -----

- Irregularidades nos trabalhos de limpeza no arruamento do Caminho do Comboio e arredores. -----

- Pedido de pagamento faseado dos valores de água em dívida da munícipe Conceição Correia Olival Freitas. -----

- Pedido de colocação de contentores de recolha de lixo junto à Travessa do Descanso. -

**6.3. Do PND:** -----

- Pedido de esclarecimento e informação sobre as taxas municipais de construção / remodelação do Estádio dos Barreiros. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada nos serviços administrativos desta Assembleia o pedido do munícipe Senhor Dr. João Alberto Freitas, para intervir no período de intervenção ao público, ao qual foi-lhe dada a palavra, começando por dizer: "É com pena nossa que pedimos esta intervenção na Assembleia Municipal. Eu na qualidade de munícipe e advogado, represento duas pessoas que estão aqui presentes, que são proprietários de uma *roulotte*, sita ao Tecnopolo. -----

Queria dizer que em fevereiro e maio de dois mil e catorze, com a presença do ex-vereador Dr. Gil Canha, estava em causa e, continua, em causa uma situação de legalidade. E verificamos que após esse Vereador ter sido "apeado" do seu trabalho, o Senhor Presidente



da Câmara teve a posição de ombrear até hoje, uma posição pessoal porque foi ele que desde o início, após a saída do Senhor Vereador Gil Canha, assumiu a totalidade desta área de vereação. E de uma forma pessoal também, recusou-se sempre a ouvir aquilo que estes munícipes teriam a dizer naquilo que é a ilegalidade. -----

Baseou-se num decreto-lei de 1979, que não se aplica no espaço nacional, desde 1 de abril 2011, através do decreto-lei 48/2011, que no seu artigo 38º deixa às regiões autónomas a sua adaptação, quer às entidades que irão presidir áquilo que este diploma nacional diz, bem como, aquilo que era uma norma específica sobre a forma como é que se deve processar. -----

Isto significa que o decreto legislativo regional nº 27/2013 de 29/07, adaptou à Região aquilo que são as entidades que devem na Região presidir a esta situação que se passa a nível nacional deste diploma. E através da portaria de 16/12/2013 publicou um normativo que vem substituir o balcão do empreendedor. -----

Dizer que isto não se aplica à Região, como o Senhor Presidente da Câmara continua a dizer, significa ir frontalmente contra a lei, permitir toda uma série de situações que em espaços públicos não há sorteios, porque os sorteios estão totalmente viciados, e permitem que outras pessoas que são sorteadas, sabe Deus como, permitem vender os seus lugares. Hoje em dia, desde dezembro de 2013, está em vigor na Região um normativo regional que aplica integralmente a esta lei nacional, nomeadamente para o caso dos nossos constituintes. -----

Significa isto também, ir frontalmente contra a lei, significa manter "sorteiozinhos" para beneficiar "pessoazinhas" que não têm condições para trabalhar neste ramo, e não têm o móvel necessário para o fazer. -----

Os espaços públicos são para serem leiloados, no caso concreto do espaço público, dito pelo Senhor Presidente da Câmara, onde está situada a *roulotte*, em frente ao Tecnopolo

não é público é privado. -----

Digo também, que da expropriação de 8 mil e tal metros daquela zona que fez o Tecnopolo, os Senhores, 2 ou 3 elementos da Câmara, tiveram a "ratice" de ir à zona e escrever à mão, para nos notificar que aquilo estava fazendo parte da expropriação, mas não estava. -----

O que é que isto ocasionou? Existe um direito de resistência na nossa Constituição da República, que penso que segundo o Senhor Presidente também se aplica aqui na Região, e mantém a sua *roulotte* lá, porque isso é um direito que lhe assiste. -----

Portanto, o que nós pedimos e voltamos a pedir é que o Senhor Presidente tenha a humildade de reconhecer que foi mal assessorado, e anular ou dar sem efeito um edital que propalou até hoje em dia. Isto significou o encerramento através de uma selagem completamente à revelia da lei, não tem relatório do que é que lá está, foi selado, não tem fiel depositário e tiveram a real lata de participar criminalmente de terceiros, ou seja, de que os nossos constituintes teriam rebentado a *roulotte*. -----

A *roulotte* tem seguro contra todos os riscos e neste caso a Câmara, e especialmente o Senhor Presidente da Câmara, é responsável civilmente por isto e criminalmente pela violação da lei frontal, que mantém sempre a mesma circunstância. -----

Fizemos "n" requerimentos, estivemos aqui em duas reuniões públicas da Câmara, estamos hoje aqui e o próximo passo, se não se entender assim, será obviamente os tribunais. Tenho muita pena, lamento profundamente. -----

Para terminar, um dado curioso neste particular, fomos nós sem qualquer validade e com toda a humildade que curiosamente trabalhamos no nosso espaço simples de advogado, para que as pessoas que integravam a Mudança fossem constitucionalmente reconhecidas e eleitoralmente eleitas, portanto é uma frustração total verificar que o nosso trabalho também, na qualidade de advogado, sem esquecer a qualidade de pessoa e de munícipe, que trabalhou para isso e verifica uma pessoa que de facto obstinadamente mantém-se



*Paulo Beltrão*

contra a lei, mantem-se contra os avisos que se vem dizendo, esta lei de 1979 está completamente ultrapassada, e aquela que o Senhor Presidente vem apoiando de uma forma obstinada, e do nosso ponto de vista ilegal, nula e criminosa, com o devido respeito para a sua pessoa que não tenho nada contra, mas do ponto de vista da Presidência tenho tudo contra relativamente a este aspeto, que infelizmente não cuidou e que teima em não cuidar. -----

Só para terminar, leria aqui, porque tive o cuidado de fazer trabalho de casa, eu pedi a todas as entidades que têm a responsabilidades no estatuto político da Madeira, nomeadamente a Assembleia Regional e o Governo Regional, que se pronunciassem sobre isto porque há uma violação frontal da lei e há tutelas do Governo Regional e da Assembleia sobre isto. E do Senhor Presidente do Governo à data dir-lhe-ia o seguinte, em que o Senhor Presidente rececionando toda a documentação e historial que enviei para a Vice-presidência, no sentido de verificar a razão se pertence à Câmara ou não, sobre este tipo de interpretação, caso assim não seja, comunicar ao Senhor Presidente, e se o Senhor Presidente não acatar participar ao Ministério Público. -----

É isto que eu teria a dizer e é isto que eu farei até ao próximo dia 9 de maio, vai arrastar prejuízos que a pessoas estão com a mão no ar, sem trabalhar desde novembro de 20104. Metem para coisas menores aqui no Funchal, são rejeitadas e por aí adiante. -----

Têm 4 contra ordenações de uma ilegalidade para responder em termos de contra ordenação. -----

Acho que isto de facto é o máximo e eu nunca esperaria de uma pessoa que todos nós, ou seja, todos aqueles que entendiam que deveria haver alguma alteração na Câmara Municipal, viesse fazer exatamente coisas “que não lembra ao diabo”. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** prestando os esclarecimentos relativamente a esta situação disse: “Essa situação que não é nova e já se arrasta há bastante tempo, gostaria

de dizer em primeiro lugar que não há aqui qualquer questão pessoal, de maneira nenhuma. Nada move, nem a mim nem a esta Câmara contra o Senhor Francisco, antes pelo contrário, é uma pessoa que habitualmente falo em diversas circunstâncias, sejam formais ou informais, e conheço bem este caso que o Dr. João Alberto Freitas trouxe na qualidade de representante deste município. -----

A questão da *roulotte* não é só uma, existem várias questões, o Dr. Alberto falou na questão do espaço ser privado, esse é um ponto, a outra situação é relativa à atribuição do espaço público. -----

Quanto à primeira nós temos a convicção já demonstrada, de que não é privado, se assim o fosse nós não poderíamos estar a intervir da forma que o fizemos. Daquilo que nos é dado a saber o espaço é efetivamente público, sendo assim nós temos o direito de organizá-lo da forma como bem entendemos, neste caso atribuindo para a colocação de uma *roulotte* deste tipo de venda. Se o Dr. Alberto acha que o espaço é privado, deve de nos locais próprios fazer essa reclamação e intervir judicialmente. -----

Relativamente à questão que se coloca sobre a atribuição de venda naquele espaço, é preciso dizer que o decreto-lei nº 48/2011, que na verdade só entrou em vigor a 2/05/2013, estar dependente do balcão do empreendedor. A criação do balcão do empreendedor compete ao Governo Regional, e quando isso tal acontecer, a lei tem condições de produzir eficácia e de ser aplicada. E por isso, nós não podemos aplicar a lei com a eficácia que ela deveria ter, o que está efetivamente dependente da implementação deste balcão do empreendedor, sem o qual não é possível aplicá-la para os devidos efeitos. -----

Portanto, como ficamos nesta situação que aqui na Região não foi criado o balcão do empreendedor, quando acontecem factos destes, aplica-se o regime anterior, e foi o que nós fizemos. -----

Nós continuamos a aplicar até à data o decreto-lei nº 122/1979, que foi depois alterado pelo

  
Paula Bellini  
A

decreto-lei nº 252/1993 e a nossa fundamentação consta no edital 273/2014 que ainda se mantém e que irá manter-se em vigor. Este é o entendimento que nós temos, fundamentado pelos serviços de assessoria jurídica da Câmara Municipal, e não posso deixar de afirmar, que embora vindo na qualidade de Advogado e de representante, fez aqui afirmações que considero graves nomeadamente que os sorteios são viciados, isto é uma acusação gravíssima. -----

Não sei se o Dr. Alberto tem a noção da acusação que aqui proferiu sobre o vício dos sorteios e a gravidade que poderá ter consequências, como não posso também de deixar de dizer que as pessoas que concorrem a estes sorteios, não são "pessozinhas". -----

São pessoas que querem trabalhar, que legalmente têm todas as condições para exercer a atividade, são admitidas ao sorteio e sujeitam-se ao sorteio, tal como o Senhor Francisco poderá sujeitar-se ao sorteio como qualquer outra pessoa. -----

São pessoas que concorrem a uma atividade de atribuição do espaço público, e portanto não posso deixar também de me referir a esse sentido depreciativo a que se referiu, porque o Senhor Francisco não é uma "pessoazinha", é uma pessoa que eu respeito, que temos um diferendo que não é pessoal, que é legal. -----

Quero-lhe dizer também, que se referiu a questões que não têm nada a ver com questões jurídicas, mas mais a questões políticas, porque o Dr. Alberto teve uma intervenção mais política do que jurídica. -----

Quando diz que as alterações da Mudança nesta Câmara, esta é uma alteração, nós não viemos aqui para cometer ilegalidades, nós viemos aqui para no exercício das nossas funções exercer aquilo que são as nossas competências de acordo com a lei, é isso que nós temos feito e não é o meu entendimento, eu não tenho formação nenhuma jurídica, ao contrário do Senhor, mas tenho a fundamentação dos serviços que me garantem que efetivamente esta é a posição correta por parte da Câmara Municipal. -----

Resta-me dizer que continuo disponível para falar com o Senhor Francisco sempre que o entender. E que neste caso do diferendo, seja o espaço público que dizem ser privado, ou na questão do sorteio e do edital que foi criado, há uma forma quando não se chega a entendimento que é, porque da nossa parte achamos que a legalidade está a ser cumprida, recorrer aos tribunais". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP** pediu os seguintes esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara: -----

- Se é o Governo Regional o responsável pela criação do balcão que a lei prevê, e se o mesmo não o criar, ficará eternamente suspenso esta lei nacional, só porque não é criado o balcão? -----

- Os munícipes serão prejudicados pelo facto de não se criar este balcão? -----

- Se os serviços jurídicos do Governo Regional disserem que o Presidente da Câmara não pode recusar a aplicação desta lei, como é que ficamos? -----

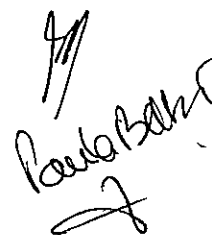
- O munícipe tem ou não tem direito a que esta lei seja aplicada? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu: "Eu não tenho conhecimento de qualquer parecer nesse sentido por parte do Governo Regional. -----

Aquilo que existe é a lei, e a interpretação da lei que nós fazemos é que infelizmente estamos impossibilitados de a aplicar, porque ele não foi criado e a responsabilidade dessa criação é do Governo Regional. -----

Esta lei tem dado muitas voltas e muitas alterações, não só aqui como a nível nacional, e nós respeitaremos a lei de acordo com aquilo que é o nosso entendimento. -----

Eu não conheço o parecer, nós podemos ter vários pareceres, e comprovando-se a legalidade agiremos em conformidade sem qualquer problema, porque posso garantir que não há qualquer retaliação relativamente ao Senhor Francisco apesar deste diferendo que tem com a Câmara. -----



Portanto, nós aplicaremos a lei de acordo com aquilo que for o entendimento dos serviços jurídicos da Câmara, ou da via judicial". -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao Período Antes da Ordem do Dia, dando conhecimento do **Voto de Saudação aos Trabalhadores**, proposto pelo GMM, **Voto de Saudação – Ao Primeiro de Maio, aos Trabalhadores Portugueses e à sua luta**, proposto pelo PCP/PEV, **Proposta de Recomendação – Redução da taxa de IMI a agregados familiares com dependentes a seu cargo**, proposta pelo GMM e a **Proposta de Recomendação – “IMI FAMILIAR”**, proposta pelo CDS/PP. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** fez uma interpelação à Mesa propondo um minuto de silêncio em nome e honra da memória do Jornalista / Escritor Tolentino Nóbrega, recentemente falecido. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** em consonância com o proposto decidiu fazer um minuto de silêncio. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMM** interpelou a Mesa para referir: "Foi-nos distribuído um relatório anual de atividades de dois mil e catorze da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, e este relatório é distribuído anualmente quer na Assembleia Municipal, quer junto do Tribunal de Família e Menores do Funchal, quer na Comissão Nacional de Proteção a Crianças e Jovens. -----

Quero também referir, que neste mês há também a comemoração do mês da Prevenção, por isso tento mobilizar os presentes para participar na Caminhada inserida no âmbito da Comemoração de Prevenção de Maus Tratos. -----

Essa Caminhada realiza-se no dia vinte e nove de abril, com início às dezoito horas e trinta minutos, na Praça do Município e fará um percurso pela Cidade do Funchal, terminando no Jardim Municipal. -----

A Comissão de Crianças e Jovens solicita que a pessoa use uma peça de roupa de cor azul, no sentido de marcar, sensibilizar e combater os maus tratos junto das crianças e dos mais jovens". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a Mesa já diligenciou no sentido deste relatório ser enviado via eletrónica a todos os Deputados para tomarem o devido conhecimento. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** interpelou a Mesa para saber se eventualmente poderiam integrar no PAOD uma questão à Câmara, sobre um assunto que não está integrado nos quatro documentos que foram entregues ao Presidente da Assembleia Municipal, e que se refere ao PDM, porque consideram pertinente esta questão. -----

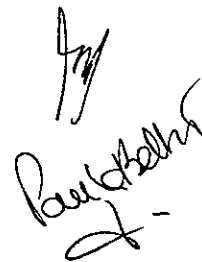
--- **O Senhor Presidente da Assembleia** assentiu ao pedido aquando da abertura do período de inscrições. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** referiu: "Na atividade profissional de cada um dos munícipes, muitas vezes é necessária uma certidão de alteração do número de polícia, e durante anos, um requerimento para este fim era deferido em dois/três dias, e emitida por um funcionário da Câmara com delegação de poderes do Presidente da Câmara. -----

Neste momento, para obter esta certidão está a demorar cerca de três semanas, porque ela é emitida e assinada pelo Presidente da Câmara, e eu acho que temos de desburocratizar, porque não podemos impedir ou dificultar negócios por causa de uma mera certidão de número de polícia. -----

Acho que quem preside a esta Câmara deveria de ter o cuidado, de se não tem tempo para despachar estes assuntos de mera ordem burocrática, deveria de delegar essas funções



noutra pessoa, de modo a que, negócio de compra e venda de imóveis, de arrendamento e de regularização não fiquem parados à espera de uma simples certidão de alteração de número de polícia". -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP**

transmitiu: "O que nós trazemos a esta Assembleia é mais um facto político do que técnico, porque já cumprimos quase cinquenta por cento do mandato deste Executivo Municipal, e foi apregoado com grande pompa e circunstância, não só na campanha pré eleitoral mas depois no pós eleitoral e nesta Assembleia já ouvimos, quer o Senhor Vereador, quer o Senhor Presidente da Câmara, falar diversas vezes de que há uma revisão do PDM para melhor, ou seja, num princípio de auscultação, da prudência, da equidade, da igualdade, da transparência que de facto o PDM está a ser ultimado e está a ser bem preparado do ponto de vista técnico e do ponto de vista político, e que vai ser um documento orientador para o futuro da nossa Cidade que vai orgulhar todos os funchalenses. -----

Mas como Deputados Municipais, não sabemos como é que está o processo da revisão do PDM. -----

Ao falar com vários empresários do setor imobiliário, neste momento começa-se a criar um grande dogma junto dessa classe, que é do investimento privado na cidade do Funchal, que a falta de licenciamentos também prende-se com o facto de os investidores desta cidade não terem confiança política e não saberem que instrumento político e técnico é que a Câmara está a preparar para prever o futuro da nossa cidade. -----

Inclusivamente no *site* da CMF lê-se o seguinte: "O PDM encontra-se atualmente em processo de revisão, pelo que a CMF disponibiliza via *online* um espaço especificamente direcionado a este processo. Neste espaço poderá encontrar e conhecer as fases que constituem o processo de revisão, esclarecer dúvidas e através de perguntas frequentes".

Isto é o que diz o site, o qual todos nós confiamos, só que não conseguimos visualizar como

é que está o processo de revisão do PDM. -----

No dia seis de junho de dois mil e treze, o então candidato à presidência da Câmara Municipal do Funchal, e Presidente do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, defendeu que a revisão do PDM deve ser retificada após as eleições autárquicas, ou seja, nós sempre defendemos um processo transparente, dissemos que o anterior Executivo não tinha condições para dar continuidade à revisão do PDM e que só depois das eleições autárquicas, é que estariam reunidas todas as condições para que o Executivo atual pudesse retificar, ponderar, dialogar, eventualmente moderar ou concertar um conjunto de estratégias e linhas orientadores para o futuro desta cidade, o que nós assistimos, durante estes dois anos, foi à substituição de um Vereador. -----

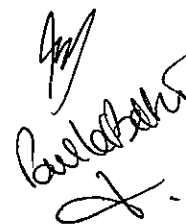
Eu mais do que uma vez vinquei para a opinião pública que gostaria de rever o PDM para a nossa Cidade, mas o facto é que os munícipes, os investidores e os Deputados Municipais desta casa, não sabem, como é que está a revisão do PDM da Cidade do Funchal. -----

Isto trata-se do ponto de vista político, a definição e a linha estratégica política para o futuro da nossa cidade, não podemos estar no vazio do ponto de vista técnico e político sem termos um documento orientador para o futuro da nossa cidade. -----

Foram vincadas que a anterior empresa, a Norvia, que de facto, de uma maneira pouco transparente estava a rever na fase de ultimação final do anterior PDM, entretanto disseram que iriam eventualmente consultar outras empresas no sentido de suspender tudo o que o anterior Executivo estava a fazer. Ou seja, andam para trás e para a frente e o que nós CDS/PP pretendemos saber é: como está, onde está e como é que eventualmente vão debruçar-se nos próximos cinquenta por cento do mandato, ou seja dois anos para a frente como é que eventualmente irão tratar este dossier. -----

Outra questão é o SMA - Subsídio Municipal de Arrendamento, de facto nós somos favoráveis a tudo o que seja política social do ponto de vista ao apoio ao cidadão, mas





algumas Juntas de Freguesia têm-se depreendido com algumas questões que são relevantes do ponto de vista da famosa burocracia administrativa, porque esta Câmara de facto faz os projetos, mas depois não verifica qual a razão da tão baixa participação do SMA. -----

Cerca de duzentos e setenta e cinco processos, foram entregues a esta Câmara a pedir apoio do SMA, mas só quinze famílias é que têm o apoio, foi-me dito de uma forma clara por técnicos da câmara que de alguma maneira a burocracia administrativa arrasta-se, e as pessoas não têm dinheiro sequer para pagar o arrendamento, muito mais para fazer o contrato de arrendamento entre o senhorio e o inquilino. -----

Depois, apregoa-se aqui política social, a água, a luz quem tem que pagar são os inquilinos e não é a CMF, ora o apoio de 100 euros até ao limite máximo, como é que as pessoas conseguirão satisfazer as suas necessidades básicas e preliminares, que é ter de facto uma casa condigna para viver. Atenção que nós (CDS/PP) temos assistido, através do Gabinete de Atendimento ao Município, cada vez mais os inquilinos a terem processos de execução administrativa, no sentido de deixarem de ter posse da sua casa porque deixam de pagar as suas rendas. -----

Vêm à Câmara, pedem apoio e depois enfrentam burocracias administrativas, e de alguma forma não conseguem satisfazer as suas necessidades. -----

Também queremos saber se vai haver o bom senso, e reafirmamos mais uma vez que o diálogo e a concertação com o IHM é fundamental, neste momento chegou de uma vez por todas o fim de um clima político que se vivia há trinta e nove anos atrás. -----

O que nós propomos ao Executivo camarário é que de uma vez por todas, fale com o IHM, resolva com o IHM e que de alguma forma satisfaça as necessidades das pessoas. E os Presidentes de Junta de Freguesia que aqui estão resolvam de uma forma célere e deixem de burocratizar de um ponto de vista administrativo, porque de facto as pessoas já estão

cansadas, pois elas falam e vêm à Câmara no sentido de resolverem as suas necessidades e depois verificam que os suicídios aumentam, e a taxa de suicídios aumentando deriva da pouca eficácia dos políticos na atuação quando fazem os seus programas”. -----

**3. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva, do PCP/PEV**

comunicou: “Vivemos um período de enormes e sérias dificuldades em que, da austeridade imposta ao Povo e aos Trabalhadores, resulta um aumento de empobrecimento, a redução de salários e pensões, o aumento generalizado do custo de vida e das dificuldades no acesso a bens e serviços essenciais, a crescente precarização dos vínculos laborais e das relações de trabalho, o aumento do desemprego e dos fenómenos de emigração com o consequente recuo demográfico e envelhecimento da população. -----

Como consequência das políticas desenvolvidas ao longo de anos a fio arrastou-se o País e a Região para a mais longa recessão, deteriorando a situação económica social, permitindo o aumento da exploração, das desigualdades, da pobreza e, consequentemente, da exclusão social. -----

Esta brutal escalada antissocial e antipopular contra direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa tem como objetivo reconfigurar o papel do Estado, criando condições para a privatização de grande parte das funções sociais em áreas como a educação, a saúde, a segurança social, a cultura, o ambiente. -----

O próprio Poder Local Democrático que é confrontado com um conjunto de alterações legislativas, de ingerência na sua autonomia, de asfixiamento da sua capacidade de iniciativa, não pode, sob risco de contribuir negativamente para o aumento da exploração e do empobrecimento, adotar medidas e seguir opções que são abertamente contra os interesses dos trabalhadores, impondo bancos de horas, reposicionamento remuneratórios e implementando um conjunto de práticas que só fragilizam as relações laborais. -----

Celebrar o primeiro de Maio, este ano, será uma vez mais, recordar a luta dos operários de



Chicago que, com a sua ação reivindicaram o estabelecimento da jornada diária de oito horas, dando início a um processo histórico de luta que levou a um conjunto de importantes conquistas laborais. -----

Cada vez mais celebrar o primeiro de Maio é reafirmar Abril e a Liberdade, a necessidade de outras políticas que promovam o desenvolvimento económico e o progresso social. É dizer claramente que não é possível nem admissível continuar com políticas que criam desemprego, reduzem salários, pensões e reformas, aumentam a carga horária de trabalho, promovem a destruição da contratação coletiva, o desrespeito por princípios básicos, direitos e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa, protegem os infratores e liquidam as funções sociais do Estado. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão ordinária no dia vinte e sete de abril de dois mil e quinze, saúda todos os Trabalhadores Portugueses e as suas Organizações Sindicais, manifestando-lhes a sua solidariedade na luta por uma sociedade mais justa e equitativa, alargando esta saudação aos milhões de trabalhadores que continuam com persistência, esforço, coragem e determinação desenvolvendo lutas pela liberdade, pela democracia, pela paz e pelo direito da qualidade de vida e bem-estar para si e para as suas famílias.” -----

**4. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** começou por colocar: “Duas questões neste período de antes da ordem do dia, em primeiro lugar dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara, porque saiu hoje uma notícia no Diário de Notícias, tendo em conta o requerimento apresentado na passada quinta-feira, no sentido de que os salários dos funcionários desta Autarquia se pudessem manter, e a questão é se perante esta Assembleia, o Senhor Presidente poderia prestar mais esclarecimentos tendo em conta a notícia que sai hoje no DN. -----

A outra questão tem a ver com o Conselho Municipal de Juventude do Funchal, depois de

muitos requerimentos que foram sendo apresentados no sentido de ver de quem seria a paternidade da criação deste mesmo Conselho, finalmente é criado o CMJF, após uma, duas e três tentativas lá se consegue fazer a reunião deste Conselho. -----

Conseguimos nessa reunião que fosse constituído e aprovado pelos Conselheiros a constituição de um grupo de trabalho plural, que acho que é representativo desta Assembleia, porque não sofre da partidarite que muitas das vezes infelizmente nós verificamos noutras decisões, é um grupo de trabalho alargado e a partir desse grupo de trabalho é constituída uma Comissão Permanente, que tem por função reunir entre as reuniões do CMJF. -----

Relembrar que nesse grupo de trabalho, para além de alguns Senhores Deputados Municipais dos mais diversos partidos que estão representados integram essa Comissão Permanente, também temos um jovem da AJAM - Associação de Jovens Advogados, e pelo menos, estranhamente alguns, tem funcionado bem e para quem esperava, se calhar, que este grupo de trabalho não funcionasse e que fossemos todos sofrer da partidarite que às vezes também é verificado noutras questões, o grupo de trabalho tem funcionado. -----

Apesar das diferenças que nos separam e que são muitas, porque são de fundo ideológicas, há um bem comum que nos une que é tentar aproximar os jovens às políticas de juventude desta Autarquia, e não deixa de ser estranho que, e fica a observação feita, no dia em que é organizado uma Assembleia Municipal Jovem, não tenha havido uma interligação na forma como aquela Assembleia Municipal Jovem se realizou. -----

Eu não estou a por em causa a execução e o trabalho exímio que foi feito por todos os funcionários que participaram, porque até foi uma Assembleia muito produtiva e que nos deixa com algumas expetativas para o futuro, mas em relação à orientação política, e nós não sofremos de partidarite, e acredito que os outros membros que constituem este grupo de trabalho e esta Comissão Permanente também não sofrem de partidarite. -----

*Handwritten signature: Rui Barros Cortez*

Eu agradecia que das próximas ocasiões em que questões ligadas à Juventude fossem organizadas da forma correta, e que houvesse uma maior interligação, porque acredito que haja aqui um bem comum e não que todos comecemos a trabalhar noutra sentido para benefício dos jovens do nosso Município". -----

**5. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** referiu: "Eu queria abordar quatro aspetos que julgo relevantes para a vida do Município. -----

O primeiro prende-se com aquilo que a Senhora Deputada Herlanda Amado acabou de falar, e que tem que ver com a questão da remuneração dos trabalhadores da Câmara. --

Fazendo um retrocesso, só para recordar, o anterior Vereador, Dr. Pedro Calado, foi nesta Casa acusado de ter praticado ilegalidades que provocaram a decisão do Tribunal de Contas de mandar que a Câmara fizesse cortes de devolução de salários. Depois começamos a ver que afinal isso também acontecia nas outras Câmaras da Região, afinal já não era só o Dr. Pedro Calado. -----

Depois tivemos, e bem, a posição do Senhor Vereador Dr. Miguel Gouveia, que em reunião de Câmara solidarizou-se com o Dr. Pedro Calado, dizendo que percebe que ele tomou a decisão com base em pareceres da Administração Central, e que eventualmente se estivesse no seu lugar faria o mesmo. Ou seja, percebemos claramente que o que se passa aqui não é um problema de gestão do Vereador que estava à frente das Finanças naquela altura, trata-se de um problema que tem que ver com os pareceres e com a interpretação da lei, por parte da Administração Central e do Tribunal de Contas. -----

Muitas dessas interpretações, que vimos já pela história, mais tarde vieram depois dar razão ao poder local, eventualmente será este também o caso. -----

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, já vem dizer na sua posição e no trabalho jurídico que fez, de que não haverá nada a devolver e que o Tribunal de Contas não tem razão naquilo que vem apregoando. -----

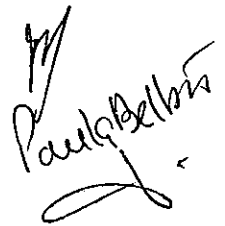
E aquilo que venho solicitar a esta Câmara, é que não tente lavar as mãos como Pilatos, não porque seja ela responsável por qualquer destas situações, mas por ter sentido de estado, sentido de responsabilidade perante os seus trabalhadores, perceber que o que está aqui em causa é a defesa dos interesses do Município do Funchal, não do Vereador do PPD/PSD ou do Vereador A, porque esta situação pode perfeitamente acontecer com a Vereação atual e com a passagem para outra Vereação, defende que esses também a tome como sua. E o que peço é que esta Vereação tome como seu este problema, que não tente passar a imagem de que este é um problema criado pela Vereação do PPD/PSD, que já vimos que não é, e que portanto defenda os trabalhadores até ao fim nesta questão mostrando o seu apoio e a sua determinação. -----

Em segundo lugar, gostava de perguntar o que é que é feito da Nomeação do Júri para a seleção dos novos quadros da Câmara? -----

Foi chumbado na última Assembleia, sabemos que há um prazo de 90 dias para apresentação de nova composição, mas não sabemos se interpretam se esses 90 dias é a contar da reprovação, porque já não vai ser cumprido uma vez que nesta Assembleia não vai ser discutido, e a ser feita uma nova Assembleia daqui a dois, três meses esse prazo irá ser expirado. -----

Pergunto se farão uma Assembleia Extraordinária só para isso, gastando recursos novamente da Câmara, e se não podiam ter trazido a esta? -----

Em terceiro lugar, gostava que o Senhor Presidente da Assembleia disse-se se acha normal que numa Assembleia do vinte e cinco de Abril, seja o Presidente da Câmara a presidir à mesma e a se sentar na cadeira central, e se acharia normal que o Senhor Presidente do Governo Regional se sentasse na cadeira do Presidente da Assembleia, se acharia normal que o Senhor Primeiro-Ministro se sentasse na cadeira da Presidente da Assembleia da



República, se acha normal que em qualquer Câmara Municipal seja organizado a convite da Câmara ou da Assembleia que o senhor tenha que se sentar no lado direito? -----

Eu recordo por exemplo, que de todos os discursos que ouvimos aqui na comemoração do vinte e cinco de Abril, o primeiro cumprimento vai para o poder Legislativo e não para o Executivo, ou seja, cumprimentaram sempre em primeiro lugar o Presidente da Assembleia Municipal, deixo-lhe a pergunta a si, se sentiu confortável nessa posição? -----

Mas sabe, eu tiro sempre conclusões positivas de tudo na vida, e acho que o aspeto positivo deste incidente, é de facto demonstrar o que é que é a posição, o bom senso, ou a falta dele, do Senhor Presidente da Câmara e o desrespeito pelas instituições. -----

Por último, pergunto aos Senhores Vereadores e aos Senhores Deputados da Coligação, será que aquilo que se passou e que se passa na governação desta Câmara com a Mudança, nada teve que ver com o que se passou nas eleições Legislativas Regionais? Será que os eleitores que votaram na Mudança e que agora votaram diferente não pensaram naquilo que se passa na Câmara, e que não quiseram replicar aquela que é a Mudança na Câmara também no Governo Regional? -----

Será que não deve a Câmara Municipal pensar se em dez de dez freguesias do Funchal, foi o PPD/PSD a ganhar em todas em número de votos para as Eleições Regionais não tem também isto que ver com aquilo que é o desempenho desta Câmara na Cidade do Funchal? -----

Por fim, eu gostava de sublinhar apenas o seguinte, os Senhores da Mudança quando venceram esta Câmara pasmaram a fortes pulmões que tinha acontecido democracia, que o Povo da Madeira estava a evoluir, que os eleitores finalmente deixavam de responder à máquina do PPD/PSD, e que aí sim, teria acontecido a democracia. E eu gostava apenas de perguntar se esses mesmos eleitores tinham toda a clarividência quando votaram na Mudança, se agora os mesmos que decidiram votar no PPD/PSD para as Regionais na

Cidade do Funchal, analisando os resultados eleitorais da Cidade do Funchal, se também não aconteceu democracia ou se ela só acontece quando os votos vão para os Senhores”?

**6. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** declarou:

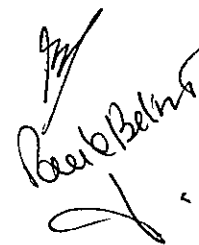
“Sobre o Voto de Saudação pelo primeiro de Maio feito pela CDU, quero dizer que vamos aprovar este voto de saudação, porque o primeiro de Maio não é só da esquerda, também é da direita, e nós fazemos parte dessa direita e é com este voto que achamos que presentemente há muita gente que não tem o seu salário, a sua habitação e que não sabe quando é que irá receber o seu salário para fazer face aos seus compromissos, e por isso vamos aprovar este voto de saudação. -----

No que toca à nossa proposta de recomendação, pela baixa do IMI Familiar, quero dizer à Mudança que esta proposta foi feita pelo nosso Vereador na reunião de Câmara e foi aprovada por unanimidade. E nessa mesma reunião foi dito que apoiávamos uma proposta conjunta, caso existisse, apresentada pela Mudança a ser discutida numa Assembleia Municipal. -----

O que vimos a concluir é que a Mudança rapidamente apresentou uma proposta antes da nossa nesta Assembleia Municipal, fazendo passar a ideia que foi ela a primeira que a anunciou, mas o que é facto é que nós apresentamos e foi aprovada na reunião de Câmara. Trouxemos também a nossa proposta a esta Assembleia, é uma proposta de recomendação que tem por objetivo baixar o IMI junto das famílias que têm mais de um filho com o benefício de dez por cento, com dois com quinze por cento, três ou mais com vinte por cento. -----

Achamos que é oportuna, uma vez que o mesmo imposto arrecadado por via do IMI desta Câmara, tem vindo a subir, quer-vos lembrar que só no ano de dois mil e catorze foi superior o previsto em dois vírgula três milhões de euros, logo temos valor e orçamento suficiente





para fazer esta redução junto das famílias que têm grandes dificuldades em poder cumprir com o IMI. -----

Achamos que o momento é oportuno e espero uma votação de toda esta Assembleia, de modo a que no próximo orçamento, como aqui é dito seja proposto esta redução de fazer chegar já em dois mil e dezasseis esta redução junto das famílias". -----

**7. O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, do GMM**

referiu: "Sobre a questão do IMI nós, em reunião do GMM, propusemos esta redução do IMI e decidimos tornar pública essa nossa intenção. Vir aqui dizer que foi primeiro apresentada na Câmara, vale o que vale. -----

Nós entendemos que apesar do CDS/PP já ter apresentado na Câmara, como já tínhamos dado a conhecer a nossa intenção publicamente, trouxe-la cá na mesma. -----

Sobre a questão da proposta do CDS/PP e da nossa, obviamente que vamos votar a mesma coisa, com uma grande diferença que no preâmbulo do CDS/PP traça um elogio ao orçamento de estado, que é uma coisa que nós não podemos elogiar, porque no caso concreto do IMI, o orçamento de estado propõe uma redução nos impostos das famílias, mas cumprimenta com chapéu alheio, porque faz com que haja esta redução com base no orçamento municipal e não com base no orçamento de estado, porque o IMI é um imposto municipal. -----

O rigor que a atual Vereação impôs a nível financeiro, permite que possamos avançar, além de ser um compromisso da Coligação Mudança, com que cheguemos ao fim deste mandato com a taxa de IMI no mínimo possível". -----

**8. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** aludiu:

"Primeiramente queria fazer um pequeno contexto político, na senda do que já foi referido pelo Deputado Rui Cortez, relativamente ao ambiente político que se vive neste momento em virtude do recente período eleitoral. -----

É caso para dizer que nós neste momento estamos em presença dos verdadeiros fósseis vivos da Mudança que estão neste Município, e não está em causa a vossa legitimidade, mas de qualquer maneira há sempre ilações a serem tiradas a cada momento. -----

No passado dia vinte e cinco de Abril fomos brindados, com mais um Cravo de Abril, trazido não por um mensário satírico “Quebra-Costas”, mas sim pelo Diário de Notícias, que apontava uma vindoura requisição por parte da Câmara Municipal do Funchal, por parte de um Senhor Deputado aqui nesta Assembleia, mas que deixou de o ser na grande “tareia” eleitoral que a Mudança levou no passado dia vinte e nove de março. Eu saúdo-o como eventual futuro colega, porque também sou funcionário desta Casa, e desejo-lhe todas as felicidades neste novo quadro, no entanto sem manifestar que por uma questão de equidade, esta Mudança também deve valer outros desempregados políticos que daqui resultaram no seio da sua própria aliança, nomeadamente do PTP e do PAN. Esta é uma sugestão que eu deixo, a título metafórico, junto do Executivo. -----

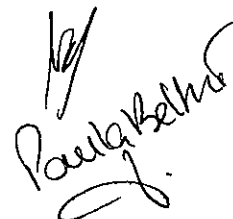
Outras questões que já foram anotadas em sessões anteriores e que têm a ver com: -----

- A mobilidade da Rua do Ribeirinho por causa do guindaste de uma obra parada há já vários anos e que constitui todo um tipo de limitações, potenciais perigos, etc, para a circulação no centro da nossa urbe. -----

- Sucessivas manchas de sujidade que se apresentam na chamada Praia do Gavinas, junto ao Lido. É uma situação crónica e que infelizmente nunca tem solução. -----

Por fim, outra questão em relação a um decreto-lei nº 2/2015 de seis de janeiro, emanado da Assembleia da República, que tem a ver com a devolução das cauções por serviços públicos aos cidadãos, nomeadamente eletricidade e água. E eu queria saber se de facto a Câmara tem inventariação de todos os valores, eventualmente a serem devolvidos aos munícipes, relativamente aos contratos havidos antes de 1999 em relação a isso? -----

Outra questão, o fim da cláusula e salvaguarda do IMI, que eventualmente terá



consequências nefastas para alguns munícipes que verão exponencialmente acrescida a sua contribuição nesta tributação. A Câmara tem de facto visão, tem-se inventariado relativamente a esses aumentos exponenciais que se irão verificar? -----

Por fim, refiro-me ao pedido feito e apontado na última sessão de vinte e sete de fevereiro, em relação às taxas urbanísticas do Estádio dos Barreiros, em que o Senhor Presidente da Câmara nessa sessão disse que me iria facultar essa informação. Por isso gostaria de saber, como deveria de ser dado conhecimento a todo o eleitorado, se estas quantias que são muito grandes e importantes para a vida do Município, está a ser feita essa cobrança ou não”? -----

**9. O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** comunicou:

“No passado sábado, nas comemorações solenes da Revolução dos Cravos, onde pela segunda vez nos foi possível comemorar o vinte e cinco de Abril nesta Casa, assistiu-se a uma cena que eu considero lamentável. Estou a referir-me ao abandono desta sala, por parte do Senhor Deputado Municipal Baltasar Aguiar, para mais com ataque feroz e constante a esta Câmara. -----

O PPD/PSD não faria melhor, pese embora a sua maioria de homens, aqui e na Assembleia Legislativa Regional, não permitirem este ato democrático pelo menos na última década. Considero a atitude e o protesto do mesmo descabido e sem fundamento. -----

Esta Câmara foi a primeira a acabar com a democracia atípica que se viveu durante quarenta anos nesta terra, dando liberdade de expressão a toda a oposição, o que foi seguido, apenas dois anos mais tarde, pela Assembleia Legislativa da Madeira. Logo, na minha modesta opinião, haver alguém a ter que mudar os horários das cerimónias, seriam eles e não nós. -----

Antes de atacar constantemente esta Câmara olhe o trabalho dos Vereadores que substituíram os outros com empenho, dedicação, competência e honestidade.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** interpelou a Mesa para alertar que aquando da sua intervenção, a Senhora Secretária da Mesa por lapso cortou a palavra, quando ele estava a usar o restante do tempo da bancada do PPD/PSD, como tal ainda lhe faltava muito tempo para falar. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o Grupo Municipal do CDS/PP no PAOD tem oito minutos de intervenção, e aconteceu que o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta na sua intervenção gastou seis minutos, ficando dois minutos para a restante intervenção, daí que quando foi dado início à contagem do relógio na sua intervenção colocaram os dois minutos que era o tempo que sobrava ao grupo do CDS/PP. -----

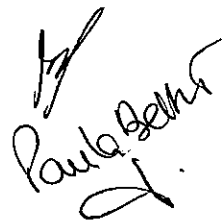
--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** explicou o seguinte: "Gostava de explicar uma coisa aos Senhores Deputados que levantaram a questão das últimas Eleições Regionais. -----

A Mudança Funchal, que é assim que eu gosto de falar, foi eleita para dirigir os destinos desta Câmara em vinte e nove de setembro de dois mil e treze, essa Mudança foi vencedora e por isso é que estamos cá. -----

Dessa Mudança integraram vários partidos, só um deles é que decidiu mais tarde sair e os restantes ficaram a dar cobertura ao trabalho da Autarquia enquanto Mudança Funchal. -

Todas as comparações maldosas que queiram fazer entre esta Mudança e a outra das eleições que foi derrotada é, má-fé, não vale a pena nos chamarem fósseis porque o povo também sabe fazer a distinção entre os atos eleitorais, por isso era bom baixar algum tom de provocação. -----

Em relação à questão da requisição do Deputado Roberto Vieira que foi feita em mobilidade para os serviços da Câmara, queria chamar a atenção a outros senhores deputados que também já foram fruto de requisições. É preciso que haja alguma prudência em relação a



isso porque qualquer um de nós poderá precisar de fazer uma requisição de mobilidade, para trabalhar noutra departamento, e isso não põe em causa a dignidade das pessoas. - Sobre as acusações da burocracia, eu também estou muito preocupada com essa questão, mas esta Câmara não trabalhava com Regulamentos, a Mudança está a partir do zero em relação a algumas questões de regulamentos. E nós sabemos que há um período experimental e por isso mesmo é que há sempre a possibilidade do regulamento poder ser alterado a qualquer altura, para melhorar a sua eficácia. -----

É difícil, mas também há maus hábitos de vir pedir e não trazer a documentação adequada, não estou a fazer crítica ao Povo, mas eu sei que há maus hábitos e que é difícil as pessoas perceberem que é preciso irem a várias entidades. Por vezes é uma questão de isto entrar numa certa rotina, depois de entrar vai ser com certeza mais operacionalizado. -----

Todos nós temos contributo a dar, eu também tenho recebido reclamações das pessoas, que acham que as respostas deviam de ser mais ágeis, porque estão aflitas. E porque estão aflitas? Porque nos últimos anos as políticas postas em prática, pelos Governos, é de apertar a vida das pessoas, e há culpados desta situação. -----

E Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, se há suicídio pela razão que colocou, imagine uma pessoa que vive de uma reforma, que toda a vida descontou pensando que mais tarde ia ter aquela reforma, e todos os anos leva cortes, como é que se sente. E os restantes trabalhadores, tanto públicos como privados, que têm sofrido tantos cortes, como é que se sentem? E é por essa situação que existem os subsídios e os regulamentos e é por isso que propomos uma saudação aos trabalhadores que quinta-feira vão comemorar mais um primeiro de Maio, porque as razões que levaram os operários de Chicago fazerem a luta que fizeram no primeiro de Maio, estão vivas e atuais. -----

Por isso, apelamos que a Assembleia aprove os votos que aqui estão, saudando os trabalhadores e as suas lutas por melhores condições de vida de trabalho. -----

Antes de terminar a minha intervenção gostava de fazer um convite em nome de três associações de mulheres, que no dia vinte e nove nesta sala, vão fazer um debate com testemunhos de Abril de Mulheres da Região. É um debate aberto a toda a gente, vamos falar de testemunhos pessoais de Mulheres que viveram acontecimentos de Abril na nossa terra. Estão desde já todos (as) convidados (as) ”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** pediu o seguinte esclarecimento à Deputada Guida Vieira: “Porque de certa forma depreendi das palavras da Senhora Deputada Guida Vieira, de que estava a ser atribuída a responsabilidade às pessoas que vêm numa situação de desespero e não têm conseguido ver os seus apoios, neste caso atribuídos por parte da Autarquia, que tem tido muita inércia como já tem sido aqui trazido várias vezes e sido feito vários reparos por parte de outras bancadas em relação aos regulamentos. -----

Eu não sei se percebi bem ou não, por isso gostaria de ser esclarecida se a inércia da Câmara em relação à atribuição dos apoios, está a ser atribuído às pessoas, dizendo que as mesmas não sabem que documentos é que devem de trazer. -----

Porque há factos e relatos de pessoas que nos têm feito chegar, e infelizmente não tem sido só a nós, da quantidade de documentos que são pedidos, dos custos que cada uma das pessoas, muitas vezes gastando o dinheiro que não têm, e estamos a falar de trinta / quarenta euros, de pessoas que têm de ir às Finanças, às Juntas de Freguesia, porque muitas das vezes estamos a falar de pessoas que estão em situações dramáticas e que gastam o pouco do que têm para pedir a documentação. E qual não é a estranheza quando de repente chegam aqui aos Departamentos da Câmara e a resposta é: “ainda falta mais qualquer coisinha, ainda não é esse documento”. -----

Depois passado algum tempo, o documento que foi entregue há duas ou três semanas, já passou a validade, por isso acho que é incorreto dizer-se que da parte das pessoas não



estão a trazer os documentos porque não estão habituadas, quando muitas delas pela primeira vez vêm numa situação, e infelizmente é esta a estatística confirmada, a tal pobreza envergonhada, que muitas são as pessoas que pela primeira vez se vêm confrontadas com a necessidade por uma questão de desespero, terem que esconder a vergonha que muitas sentem, e virem pedir esses apoios à Câmara”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** esclareceu: “A Senhora Deputada Herlanda sabe bem que não foi isso que eu disse, e é obrigação de todos nós que também estamos a trabalhar pela primeira vez com alguns regulamentos, estarmos preparados para ajudar e facilitar as pessoas, e é nossa obrigação explicar o que as pessoas devem fazer. -----

O pior que pode existir é uma pessoa estar a necessitar de ajuda e nós facilitarmos: “vão à Câmara que ela vai-vos ajudar”. Eu pedi cópia dos regulamentos já publicados para quando as pessoas vierem ter comigo eu dizer, faça isto, faça aquilo. -----

Eu noto que há bastante burocracia mas é o que está lá, e então é nossa obrigação, e as pessoas não gostam, mas é nossa obrigação, e quando eu disse é do nosso ponto de vista, nós estarmos preparados para explicar e ajudar as pessoas quando vierem recorrer ao subsídio já virem preparadas com a documentação. -----

Foi isso que eu disse, e já me conhecem para saberem que eu não coloco a responsabilidade no Povo e que o trato mal, eu penso que esse tipo de discurso já não pega e que compreenderam perfeitamente a minha preocupação”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** interveio: “É só para elogiar o comportamento da Senhora Deputada Guida Vieira, porque é uma pessoa que estimo muito do ponto de vista político e do que fez pela Região em prol dos trabalhadores, e eu só queria lastimar, porque de facto tenho acompanhado alguns processos e sou uma pessoa de causas sociais e sou também uma pessoa que faço política

com paixão, e as pessoas notam quando se transmite a verdade com paixão e quando não se transmite a verdade com paixão. -----

Do pouco tempo que tenho da minha vida profissional, tento acompanhar as pessoas aqui à Câmara, e tenho acompanhado as pessoas a chorarem "lágrimas de crocodilo" e desesperadas. -----

De facto o processo de burocracia do regulamento que está implementada no SMA tem de ser fortemente equacionado por todas as bancadas parlamentares, se não o fizermos estamos a colocar em causa um bem social. E como referi na minha intervenção no vinte e cinco de Abril, o Concelho do Funchal cada vez mais torna-se envelhecido, as pessoas com mais de quarenta e cinco até sessenta e cinco anos residem neste concelho, por isso vamos ter cada vez mais problemas sociais eminentes nesta Autarquia. -----

Agora, se andarmos aqui a desculpar com a política de direita e a política de esquerda, para mim estou-me borrifando com a política de esquerda / direita / esquerda, o que eu quero é a solução imediata deste regulamento que de facto está muito burocratizado, em que as pessoas não têm dinheiro para pagar os requerimentos para aqui e para ali, e nós de uma vez por todas ou somos humanos e somos políticos, mas primeiro somos humanos, e o que peço aos grupos parlamentares é que de uma vez por todas, se são coerentes e congruentes votem favoravelmente a uma proposta de alteração conjunta no sentido de ajudar à desburocratização e de ajudas às pessoa do Concelho do Funchal". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** voltou a interferir: "Eu disse no início da minha intervenção que todos os regulamentos precisavam de um período concreto para serem testados, e nós ainda estamos nesse período. Eu lembro-me de na altura que discutimos os regulamentos de dizermos que precisávamos de pelo menos seis meses para testar, e depois fazer um teste e ver se é necessário ou não, introduzir algumas alterações para o agilizar. -----



*Paulo Vares*

O GMM na altura em que achar que esse teste está feito, e tendo em conta as opiniões que aqui vamos tendo, com certeza que vamos ver se é ou não possível, agora deixem a coisa correr um pouco mais, e na altura vamos fazê-lo". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** pediu um esclarecimento à Deputada Guida Vieira: "Quando empreguei o termo "fósseis" não era em sentido depreciativo mas apenas como um recurso estilístico facilmente compreensível por todos nós. -----

De qualquer forma, existe de facto um período de fossilização, que são os processos dos municípios que dão entrada na Câmara, e relativamente ainda a essa génese que recorri, eu até reconheço no BE uma boa estratégia que foi reconhecer, tal como o Governador do Banco de Portugal, uma mudança má e uma mudança boa, em que se demarcou da mudança má e ficou na mudança boa municipal. -----

Aliás, até o Povo da Madeira reconheceu essa vossa estratégia, pelo que eu até saúdo cordialmente". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** esclareceu: "O Senhor Deputado Donato tem, assim como eu e todos os outros Deputados, de tirar as suas ilações políticas. Agora que o Senhor Deputado utilizou a palavra "fósseis" para ofender, utilizou. -----

Aliás, é mestre em utilizar alguns termos pouco usuais no debate político para tentar ferir, mas como os fósseis são importantes, se um dia descobrirem que há um fóssil da Mudança lá para baixo e os futuros continuadores da Humanidade acharem que fizemos alguma coisa por esta Cidade será interessante". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, do GMM** pediu um esclarecimento à Deputada Guida Vieira: "Sabem o que são "lágrimas de crocodilo"? Porque é precisamente por haver muitas "lágrimas de crocodilo", que são

criados regulamentos, e o que tem custos de documentação nos regulamentos têm a ver com o papel das Finanças, que não é competência desta Câmara, mas que é necessário haver certidões das Finanças. -----

Portanto, o único custo que existe é esse, porque nas Juntas de Freguesia quando pedem certidões, vem como certidão de eleitor que estão isenta de custos. E nós que estamos nas Juntas de Freguesia sabemos bem que há muita gente que precisa de ajuda, e que vai pedir, mas também sabemos de pessoas que não precisam e que vão pedir, são os mestres da pedincha, e para esses é que os regulamentos são importantes. -----

Quanto à questão dos custos, há maneiras de dar a volta à situação e na Junta de Freguesia fazemos isso”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** esclareceu: “Eu percebi que o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta cometeu um lapso de língua, porque realmente “lágrimas de crocodilo” tem um sentido depreciativo na gíria popular, quando chora lágrimas de crocodilo quer dizer que não são verdadeiras, mas percebi que foi um lapso de língua e como tal, acho que devemos de desculpar essa expressão”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** pediu um esclarecimento à Deputada Guida Vieira: “Queria colocar uma questão, tendo em conta os custos que foram aqui apontados, porque no Regulamento aprovado diz, *certidão ou declaração das Finanças*, e gostaria de saber qual é a expressão que lá está? -----

Porque já houve pessoas que pelo regulamento aprovado, vão pedir uma certidão e pagam, mas depois quando entregam afinal dizem que é declaração, e vão novamente às Finanças e pedem uma declaração e voltam a pagar. -----

Como as duas têm valores diferentes, queria que esclarecessem se é Certidão ou Declaração?” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** esclareceu que



pela informação que a Senhora Vereadora lhe prestou, o regulamento diz declaração, mas é aceite a certidão referida pelo Senhor Deputado Duarte Caldeira. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu: "Senhor Deputado Rui Cortez, sobre o meu grau de confortabilidade na Sessão Solene Comemorativa do vinte e cinco de Abril e relativamente à normalidade, devo dizer que esta Sessão não foi normal atendendo a que não ocorreu nos últimos quarenta anos, é algo que começou a ser comemorado desde o ano passado. -----

Relativamente à minha posição aqui nessa Sessão, tenho a dizer que foi uma sessão organizada pela Câmara, e esta ao organizar a sessão, usou a Sala da Assembleia Municipal, e concedeu a palavra a todos os partidos que têm representação na Assembleia Municipal, ao fazê-lo está a conceder uma maior abrangência de participação, não restringindo só os partidos que estão representados na Vereação. Como o Senhor deputado muito bem sabe, há um partido que tem representação na Assembleia Municipal e que não o tem na Vereação. -----

A Câmara Municipal ao idealizar, ao projetar e ao estruturar a Sessão Comemorativa naqueles moldes, está a conferir um cunho muito mais democrático porque permite a todas as forças partidárias com representação nesta Autarquia, terem voz no vinte cinco de Abril. Tendo em conta que o vinte e cinco de Abril passou a ser comemorado ao fim de quarenta anos nesta Autarquia, o facto de todos os partidos, sem exceção, terem voz nessa dita comemoração, tenho-lhe a dizer que pessoalmente não me senti nada desconfortável, pelo contrário, foi com enorme regozijo e satisfação pessoal que vi que o vinte e cinco de Abril é devidamente considerado, respeitado, homenageado e perpetuado aqui nesta Autarquia, inclusive se dá a voz a um Capitão de Abril, voz essa que noutras entidades não é concedida. -----

Portanto, respondendo à sua pergunta não me senti menorizado nem desconfortável, pelo

contrário foi com grande satisfação que assisti pela segunda vez nesta Autarquia à Comemoração do vinte e cinco de Abril". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** fez uma interpelação e um pedido de esclarecimento à Mesa: "Em primeiro lugar, queria saber se a Mesa considera ou não, que esta sala é da Assembleia Municipal? ----

Em segundo lugar, se considera ou não, que o lugar que V. Exa ocupa é um lugar sagrado do Presidente da Assembleia Municipal? -----

Em terceiro lugar, queria perguntar ao senhor Presidente, porque é que na reunião de líderes não nos foi comunicado que no lugar que V. Exa está sentado, não nos foi comunicado que não se sentaria aí mas noutro local? -----

Em quarto lugar, quero perguntar em que é que a Cerimónia da Câmara ficaria prejudicada, se o Presidente do Executivo da Câmara se sentasse no lugar onde está agora sentado, e não naquele que é o seu lugar? -----


Em quinto lugar, queria perguntar se acha que pode dispor do seu lugar sem ouvir todas as bancadas que aqui estão presentes? Porque V. Exa é também meu Presidente e o seu lugar é também meu. -----

Acha que pode emprestar o seu lugar a quem quer sem ouvir as pessoas que compõem esta Assembleia?" -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu: "A Mesa considera que esta sala é onde ocorre a Assembleia Municipal, não é uma sala que seja exclusiva da Assembleia Municipal. Nesta Câmara temos a filosofia de que todos os espaços da Câmara são públicos e devem estar ao dispor de todas as iniciativas que a Câmara pretenda fazer. ---

Eu não entendo fazer desta sala da Assembleia um reduto exclusivo da Assembleia, impedindo que outros eventos sejam aqui realizados. -----

Portanto, nesse aspeto não considero que a Assembleia Municipal tenha sido desvalorizada



ou menorizada nessa sessão, pelo contrário, foi até um privilégio a Câmara querer usar este espaço nobre para comemorar uma das datas mais relevantes da nossa história. Portanto, ao contrário do Senhor Deputado que acha que houve aqui uma falta de respeito e consideração, por parte da Câmara para com a Assembleia Municipal, é nosso entendimento que isso não se passou, ficamos muito honrados por ver que a Câmara privilegiou o uso desta sala para essa Sessão Solene. -----

Realmente, a Sessão podia ter sido efetuada noutros espaços e nesse sentido, coloco também a questão aos Senhores Deputados, se não se sentiriam que este espaço nobre da nossa Autarquia estaria a ser desconsiderado por não estar a ser usado para essa Sessão Solene? -----

Relativamente à colocação do lugar na Mesa, como também tive a oportunidade de referir na conferência de líderes, isto não era uma Sessão da Assembleia, foi uma organização da Câmara, e nesse sentido a própria lei que regula o Protocolo de Estado, estabelece que em todas as organizações da Câmara, no espaço físico da Câmara, essas sessões são presididas pelo Presidente da Câmara. E nesse sentido, o Presidente da Câmara era quem estava a presidir à Sessão, e não referi a questão do lugar na conferência de líderes, porque achei que isso era algo que estava presumível, porque quando referi que a sessão era organizada pela Câmara, subentende-se que quem vai presidir à mesma é o Senhor Presidente da Câmara". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** refutou o esclarecimento do Presidente da Assembleia dizendo: "V. Exa explicou que não tocou no assunto porque achou pouco importante, mas já achou muito importante dar-nos um prospeto com mapas daquilo que se ia passar fora da Sala da Assembleia. Então V. Exa acha importante informar os Deputados desta Casa sobre a colocação exata das

Autoridades fora deste Município, mas já não acha importante informar-nos desse facto sobre a colocação de cada uma destas entidades dentro desta Sala? -----

Se esta sala não é da Assembleia, porque é que não reunimo-nos na sala da Câmara? --

Senhor Presidente, esta é a sala da Assembleia Municipal do Funchal, está integrado num espaço físico da Câmara, mas é a sala da Assembleia Municipal, pertence-nos a todos como representantes do Povo, não como membros executivos desta Câmara, mas como representantes do Povo no órgão deliberativo: Assembleia-----

Penso que se V. Exa que nos facultou um croqui do que se ia passar lá fora, devia também de nos ter mostrado um croqui daquilo que se ia passar cá dentro". -----

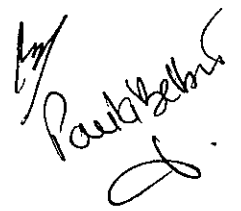
--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu: "Quando entreguei esse croqui aos líderes, a minha preocupação foi criar as condições para que todos os processos da sessão solene decorressem com a maior correção sem qualquer incidente a nível protocolar. ----

Não foi por má-fé que eu não referi na conferência de líderes que me ia sentar à direita, porque como já expliquei, presumi que quando referi que a organização era da Câmara, que a presidência da sessão estaria naturalmente depreendida por todos vós, pertencer ao senhor Presidente da Câmara. -----

Portanto, não queira colocar em mim intenções e juízos de valor que efetivamente não aconteceram, peço desculpa por essa omissão mas não foi de todo de má-fé propositada que não foi referido na conferência de líderes". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** voltou a interpelar a Mesa para o Presidente da mesma esclarecer a Assembleia: "Se é verdade ou não que na última reunião de líderes quando a mesma estava acabada, voltamos a reabri-la porque lembrei-me de perguntar, *esta cerimónia também não vai ser comemorada na Assembleia Regional, não há uma coincidência de datas?* -----

Diga se não é verdade que o senhor ia acabar essa reunião, sem esclarecer os deputados



representantes de grupos municipais sobre esse facto essencial? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu: “Na reunião de líderes quando eu entreguei o croqui e o respetivo cerimonial, que também foi enviado antes da reunião de líderes de forma eletrónica, estava lá as horas dos diferentes acontecimentos na sessão solene. E não me referi a isso, porque se estão lá as horas é natural que se verifica a coincidência da ocorrência desta sessão com a da Assembleia Legislativa Regional. -----

E como eu tive a oportunidade de dizer, que nesse aspeto da coincidência da hora da realização desta sessão com a da Assembleia Legislativa Regional, perante todos os líderes manifestei, que pessoalmente também não me sentia confortável com essa coincidência, e fiz ver que manifestei pessoalmente ao Senhor Presidente da Câmara essa minha não concordância. -----

Se há alguma divergência em toda esta questão da comemoração do vinte e cinco de Abril, entre mim e o Senhor Presidente da Câmara, prende-se única e exclusivamente com a hora de realização da mesma. -----

Quanto ao resto há uma concordância e sintonia absoluta porque entendemos que apesar destes fait-divers todos que estão a ser levantados, o mais importante é relevar a data que se comemorou pela segunda vez ao fim de quarenta e um anos, que esta Câmara se dignou comemorar, a data que devemos respeitar maiormente na nossa história coletiva e isso é que deve ser relevado, todo o resto são arestas que poderão e deverão ser limadas, mas que acho que são meramente secundárias em todo este processo”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, do PPD/PSD** interpelou a Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começo por lhe pedir desculpa se interpretou que estava a ter uma atitude incorreta com V. Exa, que não foi o caso. -----

Hoje, usou-se de várias metáforas e de situações para podermos expressar de outro modo

que não das palavras, as nossas ideias. Portanto, é por aí que quero começar e quero mesmo relevar e gostaria que ficasse em ata de que não é meu hábito, não é meu costume, não fui educada nesse princípio, nem pessoalmente nem politicamente e continuo a respeitar a posição da Presidência da Mesa desta Assembleia, para a qual fui eleita tal como V. Exa e todas as pessoas que estão na qualidade de deputados municipais, porque o Senhor Presidente entender-me-á que aí somos todos pares. -----

Como no voto o Senhor Presidente da Câmara não faz parte, porque foi eleito para Presidente do Executivo, e a minha pergunta em relação à Mesa era saber qual era a posição do Senhor Presidente da Mesa no seguinte: o poder legislativo é primeiro ou segundo? -----

Na minha opinião o poder legislativo é primeiro que o poder executivo. -----

Na qualidade de eleições, o Senhor Presidente para isso foi votado e continua a ser um deputado eleito, tal como eu e os restantes membros desta Assembleia. O Senhor Presidente do Executivo camarário do Funchal foi eleito para presidente do executivo em votação diferenciada, tal como os Senhores Presidentes das Juntas, com toda a dignidade. -----

Segunda questão que coloco ao Senhor Presidente, porque é bom e ouvi com muita atenção aquilo que disse, é importante para memória futura, que se repense e que se lime as arestas, de uma vez por todas porque legislativo é primeiro e executivo é segundo, e isto não tem a ver com prioridades nem com protocolos, tem a ver com entendimentos. --

Em relação às comemorações do vinte e cinco de Abril, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal está recordado, eu também estive presente, portanto em relação à grandeza e à manifestação do vinte e cinco de Abril estamos em sintonia, e não é isso que me faz levantar a minha voz e questionar V. Exa, agora há uma coisa que gostaria de deixar bem claro, se estamos em colaboração com os festejos da Câmara, temos de estar sempre



*Raul Beltrão*

sentados no sítio que nos é devido e para o qual fomos eleitos expressamente por todo o Povo. -----

Eu vivi o vinte e cinco de Abril, por isso sei muito bem distinguir uma coisa da outra, quem está baralhado que se desbaralhe. -----

Outra coisa Senhor Presidente, de uma vez por todas vamos na verdade ser adultos, deixemos de brincar de cumprimentar com o chapéu que não é nosso e que cada um se sente no lugar que lhe compete. -----

Se não sabe, pergunte, estou aqui à disposição dentro dos meus fracos recursos, mas com quarenta anos de função em diversas instituições e é em nome das instituições que falo e não em nome próprio, mas como fui eleita e as pessoas que me elegeram confiaram que eu estaria atenta a isso, portanto mais uma vez volto a declarar e solicito que fique registado em ata, que o Executivo nunca poderá sobrepor-se ao Legislativo. -----

Por acaso a Assembleia é num espaço camarário, e se não fosse Senhor Presidente? Onde é que nos reuniamo-nos? Na sala das reuniões? -----

Esta a razão do meu pedido e gostaria de ouvir a sua opinião Senhor Presidente”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu: “Sinto que sou forçado a me repetir nos esclarecimentos que me são pedidos. -----

Senhora Deputada, como já tive oportunidade de referir esta sala é onde a Assembleia Municipal decorre, mas a sessão solene foi organizada pela Câmara, lamento que os meus esclarecimentos não sejam o que querem ouvir, mas quanto a isso não posso fazer nada.

Até pela própria interpretação da Lei nº 40/2006, onde são referidas as precedências, o Senhor Presidente da Câmara precede o Senhor Presidente da Assembleia, aqui não se trata de haver uma sobreposição do poder executivo sobre o poder legislativo, porque o cerne da questão era uma sessão solene organizada pela Câmara e nessa lei é referido que é o Presidente da Câmara que preside essas sessões. Portanto, nesse sentido achei

consonante com as disposições legais que o Presidente da Câmara estivesse a presidir à sessão, e como tal estava sentado no local destinado ao Presidente da sessão. -----

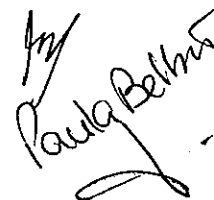
Nesse sentido, Senhora Deputada é o que tenho a dizer-lhe, a Mesa não entende que tenha havido sobreposição de poderes, porque aqui quem organizou a sessão foi a Câmara Municipal do Funchal, e o nosso papel aqui foi, atendendo a que os Deputados Municipais iam ter a palavra, transmitir essa informação para que os Senhores Deputados pudessem, e muito bem, intervir na mesma”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, do PPD/PSD** voltou a interpelar a Mesa: “Eu quando lancei a questão, Legislativo e Executivo, e volto a frisar, o Senhor Presidente do Executivo da Câmara Municipal do Funchal não tem qualquer legitimidade nem assente em nenhuma lei, para convocar, chamar. Fá-lo através de si, os Senhores Deputado são da sua responsabilidade, é para V. Exa que se devem dirigir e é de V. Exa que recebem as dimanações. E é assim que os próprios, em locais próprios e leis próprias que assim se regem. Por isso lhe digo, o Executivo não manda no Deliberativo. -----

Eu venho por protocolo, porque me sinto honrada quando V. Exa me convida para os atos e correspondo, agora o Executivo não delibera na Assembleia, peço-lhe imensa desculpa Senhor Presidente”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu sobre essa questão: “Estamos perfeitamente de acordo, sei quais são as competências do poder Executivo e do poder Deliberativo, mas o que está em questão é uma sessão solene. Não estavam em questão situações de poder executivo ou poder deliberativo e os grupos municipais foram convidados a participar na sessão solene, penso que ninguém esteve aqui por obrigação ou porque tenha sido ordenado pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Portanto, todos os Senhores Deputados que intervieram foi porque lhes foi dada essa



oportunidade, mas não foi por obrigação, qualquer um era livre de não o ter feito”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** interpelou a Mesa: “Fala-se de respeito à Mesa, do respeito formal e não há um respeito que se pratica quando se faz um pedido de interpelação e depois se faz uma intervenção. -----

A interpelação que fazia à Mesa é se esgotamos ou não o tempo previsto para o PAOD, e se temos ou não propostas para votar? -----

É que se fazem interpelações tornando-se intervenções, muitas delas repetitivas, em que várias vezes é sublinhado os mesmos argumentos. -----

Sobre a questão do vinte e cinco de Abril, fez-se uma tentativa de desvalorizar as comemorações do mesmo nesta Câmara, uma tentativa política partidária. -----

Primeiro com o argumento de que era à mesma hora, quando esta Câmara tinha tudo marcado e só depois do dia vinte é que o poder legislativo fez essa marcação. Faz-se uma tentativa agora de desvalorizar as comemorações do vinte e cinco de Abril nesta Casa, que foi um órgão eleito democraticamente e que tem que ser respeitado. -----

O poder local, na minha opinião, não pode estar submisso a outros poderes, a não ser que se queira voltar ao tempo da madeira velha, em que se nomeava regedores e que o poder local não tinha o respeito merecido. -----

Por isso, eu acho que o que o Senhor Presidente aqui falou e sublinhou, a importância é a comemoração do ato e não algumas questões formais”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu: “Efetivamente o PAOD, regimentalmente está consagrado que são 60 minutos, mas também o próprio regimento permite a possibilidade dos Senhores Deputados interpelarem a Mesa quando o entenderem e de fazerem pedidos de esclarecimento quando entenderem. É evidente que a conjugação destas possibilidades regimentais provoca que o PAOD, inevitavelmente, acabe por exceder o limite de 60 minutos, até porque se formos a ver todos os tempos que

estão concedidos regimentalmente para todos os grupos intervirem, o somatório desses tempos dá 60 minutos, mas depois o Senhor Presidente da Câmara ainda tem 10 minutos para poder responder. -----

Portanto, ignorando os pedidos de esclarecimento e de interpelações à Mesa, se todos os grupos cumprirem com os seus tempos e mais a intervenção do Senhor Presidente da Câmara o PAOD nunca poderá ser cumprido dentro dos 60 minutos. -----

De qualquer maneira, também não quero estar a cortar a possibilidade regimental de todos pedirem esclarecimentos e interpelações à Mesa quando acharem pertinentes. É evidente que apelo sempre ao bom senso dos Deputados Municipais, para que usem com bom senso e sabendo dosear essa faculdade regimental que é atribuída”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** interpelou a Mesa: “Lamento que uma pessoa com a sua postura democrata embarque nestas questões e no vaidosíssimo do Presidente da Câmara. -----

Para resolver isto, e uma vez que não entendem que falharam no respeito às instituições, o PPD/PSD irá apresentar numa Assembleia Municipal próxima a seguinte proposta: -----

- Que as sessões do vinte e cinco de Abril passem a ser organizadas pela Assembleia Municipal e não pela Câmara, também não é o Governo Regional que a organiza é a Assembleia Legislativa Regional. -----

- Que não coincida com a hora e com o dia de organizações iguais ou semelhantes em instituições com grau hierárquico superior ao da Câmara Municipal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu: “Senhor Deputado registo essa intenção do vosso grupo, e depois democraticamente será decidido nesta Assembleia se a mesma será aprovada ou não”. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu: “Em primeiro lugar que tem todo o respeito institucional pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, além de ter respeito



peçoal e por isso jamais me passaria pela cabeça estar a desrespeitá-lo na sua função e na sua pessoa. -----

Falou-se na lei, no deliberativo, no executivo, mas vou falar de lei. -----

A Lei é a nº 40/2006, Protocolo de Estado, o protocolo não é algo que se inventa ou que alguém simplesmente tenha escrito um livro com as suas ideias, está legislado. -----

E com a exceção da Assembleia da República e das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, em que o Presidente da Assembleia tem precedência, as Câmaras Municipais e diga-se de passagem nas Juntas de Freguesia, é o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta que lidera e representa o Município. -----

Portanto, nós aqui estamos a cumprir a lei, podem achar que não está certo, que está errado, mas estamos a cumprir a lei. Foi o que foi cumprido, não há qualquer vaidade da minha parte, simplesmente estamos a cumprir a lei numa sessão organizada pela Câmara, numa sessão do Município e quem o representa é, quer se queira quer não, gostem ou não de mim, é o Presidente da Câmara, e nas Juntas de Freguesia passa-se precisamente a mesma coisa. Portanto, esta é a questão claríssima. -----

Acho que não dignifica os valores de Abril, estarmos aqui a discutir estas questões que são, na minha opinião, menores e sem sentido. Porque o que interessa foi o facto de nesta Casa ter-se, a partir da nossa entrada, comemorado o vinte e cinco de Abril, o que importa é que os Senhores têm a palavra e puderam dizer tudo aquilo que entenderam, no tempo que quiseram, foram convidados ninguém os obrigou a estarem aqui, e isto é que é o fundamental, esta dialética que nos trouxe o vinte e cinco de Abril e esta liberdade que todos nós exercemos. -----

Também considero ridículo que agora, se calhar a Assembleia Legislativa Regional da Madeira, não pode comemorar o vinte e cinco de Abril na mesma hora, porque na Assembleia da República também se vai comemorar. -----

Nós somos um órgão próprio, não podemos ficar restringidos onde se realizam as sessões da Assembleia da República, da Assembleia Legislativa Regional, mais do que estas questões, que volto a dizer se independentemente das nossas ideologias, se respeitamos este marco histórico da nossa vida enquanto Povo, respeitemos isto. -----

Quanto à sala da Assembleia, podemos realizar a sessão em qualquer outro lugar, aquilo que se realizou aqui não foi uma sessão da Assembleia. E a própria Assembleia pode realizar-se em qualquer sala, até numa Junta de Freguesia, até porque, como disse o Senhor Presidente da Assembleia, e muito bem, realizam-se aqui outros eventos. -----

Aliás, a reunião pública da Câmara realiza-se aqui, por nossa iniciativa e a pedido, porque os munícipes aqui têm outras condições. -----

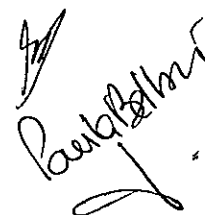
Relativamente à questão do número de polícia, levantada pelo Deputado Baltasar Aguiar, quero-lhe dizer que por vezes eu assino até no próprio dia, mas no sentido de aligeirar estas e outras coisas, estão a ser delegadas competências para aligeirar todo este processo. --

Quanto à questão levantada sobre os Regulamentos, felizmente que estamos a falar de regulamentos porque estamos a falar de medidas de apoio social que não existiam. -----

Agora existem, foram criadas por nós para esbater a austeridade que infelizmente alguns governos decidiram implementar, e somos nós na Autarquia que pela proximidade com as pessoas, estamos a desenvolver estes programas que não existiam. -----

Portanto, folgo em saber que estamos a discutir os regulamentos e não estamos a discutir o facto de existirem ou não, porque efetivamente antes não existiam. -----

E há aqui uma questão que é preciso salientar-se e posso dar números, nomeadamente no SMA, foram aprovados cinquenta e três, foram reprovados onze e foram arquivados trinta e seis. Acontece, que muitos dos arquivados são por desistência das pessoas, até porque se criamos os programas é para ajudar as pessoas, aliás nós temos de simplificar o



funcionamento da Câmara no apoio às pessoas, agora há determinados constrangimentos que infelizmente nos deixam amarrados. -----

Os regulamentos podem ser sempre melhorados porque há questões que não nos apercebemos na hora, e que só com a aplicação prática é que nos damos conta. -----

Quer-vos dizer também que esta Câmara pôs todos estes regulamentos em apreciação pública, não só para os Senhores Deputados e Vereadores poderem colocar as suas alterações, como também para as próprias pessoas, poderem pronunciar-se durante trinta dias. -----

Também quero dizer que muitas destas questões que surgem aqui, é porque são ilegalidades, porque as pessoas muitas das vezes não têm contrato de arrendamento. E o simplificar tem um limite que é a legalidade, porque nós temos o Tribunal de Contas, e temos que ter uma prova que é o contrato e o valor da renda. Como vêm há limites que não têm a ver com a burocracia mas com a legalidade. -----

Relativamente ao processo de revisão do PDM, quero dizer que não há um vazio, ou seja, não há uma situação em que não haja qualquer regulamentação nas questões do ordenamento do território, e nós temos ainda um PDM que ainda está em vigor. -----

Aquilo que posso dizer é que nós não temos qualquer interesse, como já referi várias vezes, em não ter um novo PDM, é fundamental, até como o Senhor Deputado o reconheceu, para o futuro da Cidade e nos próximos anos é essencial, e por ser essencial e ser um documento de raiz e estrutural para este Município, nós estamos a ter todos os cuidados no processo de elaboração do PDM. -----

Quero-lhe dizer que houve atrasos que não podem estar a ser imputados a este Executivo, e aquilo que está a ser feito é: temos uma equipa interna da Câmara que está a trabalhar em coordenação com o consórcio que ganhou e elaborou já o documento que nos apresentaram, mas há aqui outras questões que é preciso dizer. -----

O relatório que nos foi enviado pela Comissão de Acompanhamento, chegou às nossas mãos, se não estou em erro, em setembro último, há dúvidas legais se sequer esse relatório pode e tem validade, porque foi enviado mais de um ano depois da tal Comissão de Acompanhamento se ter reunido, e portanto ela já não estava legalmente instituída, nesse relatório há condicionalismos que estão mencionados e nós não queremos ter um PDM que tenha limitações. -----

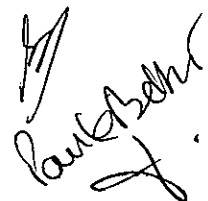
Entretanto, surgiram outras questões como a lei da política pública de solos, que altera muitas das questões que já tinham sido elaboradas pela empresa que está a elaborar o PDM. Temos questões como o facto de nascer um Programa de execução do próprio PDM, e eu quero-lhe dizer que houve constrangimentos que surgiram e que são naturais que não podem ser imputados a esta Câmara, e tudo faremos e estamos a trabalhar internamente e externamente para termos um bom PDM com a participação e envolvimento de toda a sociedade como tenho referido. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Jorge Reis quero-lhe dizer que efetivamente esta Câmara tem um banco de horas, mas nenhum trabalhador desta Câmara está a usar o banco de horas, porque nós sempre dissemos que o banco de horas só poderia ser utilizado a requerimento do trabalhador, mas pode haver um trabalhador que queira utilizar o banco de horas e tem essa liberdade. -----

Nós não vamos impor, e foi essa a indicação dada por mim a todos os dirigentes da Câmara, a utilização do banco de horas só será realizada por vontade do trabalhador, o que nós não quisemos coartar é essa possibilidade de utilizar o banco de horas e toda a gente é livre de o fazer desde que o queira, portanto é dizer também na defesa dos trabalhadores da Câmara, porque às vezes somos acusados de determinadas coisas, há princípios que mantemos e este é um deles. -----

Sobre o CMJF – Conselho Municipal de Juventude do Funchal e a Assembleia Municipal





Jovem, ainda bem que a mesma se realizou porque já estava prevista mesmo antes de ser criado o CMJF. E gostaria de dizer que o CMJF, tenho tido conhecimento daquilo que se passa e das atividades que se vão realizando mas não da parte operacional, a parte operacional tem obviamente que depender da Câmara e este é um projeto do Departamento de Educação da Câmara e o parceiro não é o CMJF, que deve participar e assistir, mas o parceiro é a Assembleia Municipal, por isso é que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esteve a presidir à Assembleia Municipal Jovem, uma atividade que é do Departamento de Educação da Câmara Municipal do Funchal. -----

Relativamente à questão levantada sobre requisições, esclareço que é normal em termos de mobilidade na função pública, aliás nós estamos neste momento em défice porque o Governo Regional atual, tem requisitado vários funcionários desta Câmara, como é normal, e nós teremos de contrabalançar muito mais para o inverso de funcionários que poderão ser úteis e que são do Governo Regional e da Administração Regional virem para a Administração Local aqui na Câmara, são situações de mobilidade perfeitamente normais na função pública”. -----

--- Dado o adiantado da hora o **Senhor Presidente da Assembleia** comunicou ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os pontos em falta, aquando da apreciação da sua informação escrita. -----

Depois ao colocar à **votação da Proposta de Recomendação – Redução da Taxa de IMI a agregados familiares com dependentes a seu cargo, proposta pelo GMM**, foi interpelado pelo Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP propondo que esta proposta fosse votada em conjunto com a Proposta apresentada pela sua bancada, uma vez que ambas têm o mesmo fim. -----

Porém, não houve entendimento por parte da bancada do GMM, tendo o Senhor Presidente da Assembleia passado à **votação da Proposta apresentada pelo GMM**, sendo a mesma

aprovada por unanimidade. -----

--- De seguida foi posta à votação a **Proposta de Recomendação – “IMI FAMILIAR”**, proposta pelo **CDS/PP**, sendo a mesma aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor, sendo três do **GMM**, treze do **PPD/PSD**, cinco do **CDS/PP**, três do **PCP/PEV**, três do **PND** e treze abstenções do **GMM**. -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** declarou: “Nós votamos a favor as duas propostas, primeiro por uma questão de coerência porque as duas são iguais no seu conteúdo naquilo que recomendam à Câmara, para além de que emanam de diretivas até do orçamento de estado. -----

Fica registada a nossa coerência e fica registada a falta de coerência da Mudança que para as mesmas coisas tem votos diferentes, ou seja para eles importa-lhes mais o sentido político de votarem contra as propostas dos outros do que o conteúdo das mesmas”. -----

**2. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** transmitiu: “Em relação ao sentido de voto desta bancada, tendo em conta que as duas propostas no seu conteúdo são idênticas em relação aquilo que são as percentagens para as famílias é igual, se quisermos ver em relação às diferenças a do **CDS/PP** falaria no orçamento de estado, enquanto a da Mudança fala, e se isso fosse justificação para votar contra ou abster-se, que isto partia de um compromisso da Coligação Mudança. Independentemente dos preâmbulos das duas propostas o que aqui está em causa é o benefício para as famílias do Funchal, e não deixa de ser novamente notório que neste caso em particular ficou um pouco da partidarite, que eu anunciei no início”. -----

**3. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** referiu: “Atendendo à falta de coerência da bancada da Mudança, que a única justificação que tem para não aprovar por unanimidade por proposta nossa o preâmbulo onde apenas diz que



isto advém do orçamento de estado, eu não estou a ver qual o perigo dizer que isto vem do orçamento de estado. O que está em causa é aquilo que nós propusemos e acho que os valores que são propostos, e as percentagens até são iguais, não estou a ver a necessidade de haver dentro da própria Mudança abstenções contra a nossa, quando nós podíamos usar o nosso sentido de voto da mesma forma como usaram os vossos. -----

Por coerência nós votamos favoravelmente a vossa proposta e obtivemos da vossa parte para a mesma coisa a abstenção”. -----

**4. O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** transmitiu:

“Esta falta de coerência não é dos 13 votos das pessoas que se abstiveram, falta de coerência foi o Senhor Deputado dizer que esta proposta é exatamente igual a esta proposta e sendo esta proposta votada por unanimidade, a sua não devia de ser posta à votação por esta lógica. -----

A única coisa que nós pusemos é o preâmbulo, e V. Exa sabe que isto elogia claramente o orçamento de estado, que é uma vergonha quer para Portugal, quer para a Madeira”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação, a **Saudação aos trabalhadores, proposta pelo GMM**, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** proclamou: “Nós votamos a favor desta proposta e queremos também registar que os trabalhadores da Câmara estão aqui contemplados neste voto, dado que ultimamente muitos deles têm sido um pouco ostracizados por este mesmo Executivo, de maneira que quero fazer questão de todos os trabalhadores desta Casa estão aqui contemplados”. -----

--- Não havendo mais declarações de voto o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Voto de Saudação – Ao 1.º de Maio, aos Trabalhadores Portugueses e à sua luta, proposto pelo PCP/PEV**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ---

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** expressou: “Em primeiro lugar nós não podemos deixar de saudar a unanimidade dos dois votos, sendo que não podemos deixar de referir a curiosidade que por parte de quem apresenta este voto, independentemente de ser recorrente a explicação em relação às 35 horas e à adaptabilidade, de este ser o único Município da Região que assim tem e não deixa de ser curioso que quem por um lado diz que está a saudar os trabalhadores, as suas justas reivindicações e infelizmente tem sido cada vez mais o número de funcionários que têm visto os seus direitos postos em causa, que depois por um lado se apresente um voto destes. -----

Tendo em conta aquilo que foi aprovado no nosso voto, também não queria deixar de saudar todos os trabalhadores desta Autarquia, e já agora permitam-me dizer que a luta continua”. -----

**2. A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** referiu: “O GMM votou nas duas moções, porque elas tinham o mesmo sentido, era saudar os trabalhadores e apelar para a continuação da sua luta para melhores condições de vida e trabalho. ----- E eu lamento que o nosso voto tenha aborrecido tanto um dos partidos autores de um voto de protesto que foi a CDU, porque do ponto de vista da defesa dos trabalhadores o Senhor Presidente da Câmara já deu uma explicação e no relatório vamos ter a explicação do senhor Vereador em relação às questões que estão aqui em debate, e fazemos o compromisso que o GMM vai estar e está muito atento no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores desta Câmara”. -----

**3. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** disse: “Eu votei a favor das duas propostas especialmente a pensar nos trabalhadores da Câmara. -----



Ao contrário do que muita gente pode pensar, os trabalhadores desta Câmara sentem-se desiludidos e abandonados pelo Executivo desta Câmara. Se se fizesse uma sondagem de voto aos trabalhadores desta Câmara, sobre em quem votariam numas eleições camarárias, esta Câmara tinha menos votos do que os treze por cento que a Mudança teve no Funchal nas últimas Eleições Legislativas Regionais”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** a pedido do Senhor Vereador Miguel Gouveia, propôs ao Plenário a **inclusão do Ponto seis** - Centralização na AMRAM do procedimento concursal, necessário à contratação dos serviços para a Atualização da Carta de Riscos do Município do Funchal, sem prejuízo das competências do Município, em observância do disposto na al. b), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, e do **Ponto sete** - Centralização na AMRAM do procedimento concursal, necessário à contratação dos serviços para a realização de exercícios com vista a testar a operacionalidade do PMEPC do Município do Funchal, sem prejuízo das competências do Município, em observância do disposto na al. b), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, no Período da Ordem do Dia, sendo este pedido **aceite por unanimidade**. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Câmara** pediu autorização ao Senhor Presidente da Assembleia para dar a palavra ao Senhor Vereador Miguel Gouveia, para prestar esclarecimentos sobre as várias questões levantadas pelos Senhores Deputados na sequência do PAOD, uma vez que não houve tempo de esclarecer todas as questões colocadas. -----

Sendo aceite este pedido o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Vereador Miguel Gouveia, que começou por referir-se à questão do Deputado Donato Macedo sobre as taxas urbanísticas do Estádio dos Barreiros, dizendo: “Estas taxas foram cobradas apesar de não estarem liquidadas. Estas referem-se à ocupação do espaço público entre

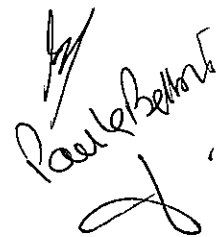
dios mil e nove e a atualidade, ainda há uma parte do passeio que é domínio público municipal que foi utilizado por ocasião das obras no Estádio dos Barreiros. -----

É de facto, e tem toda a correção que corresponde a um milhão e duzentos mil euros. Já tive oportunidade de explicar isto na Polícia Judiciária quando houve uma queixa anónima insinuando que a Câmara não estaria a cumprir com aquilo que seria as suas obrigações na cobrança da receita que lhe é devida, neste caso nas taxas de ocupação de domínio público. Tive a oportunidade de explicar que estavam a ser cumpridos todos os passos no sentido de se liquidar estas taxas que são receitas municipais. -----

Houve algumas reuniões com o Presidente do Club Sport Marítimo porque havia um diferendo, em que o Marítimo não reconhecia que havia um triângulo à frente da antiga entrada do Estádio, que não é de domínio público municipal mas sim pertença do Estádio dos Barreiros. Os Serviços de Bens Imoveis da Câmara estiveram a fazer o levantamento e concluíram que aquele espaço é efetivamente de domínio público municipal. -----

Depois deste processo, foi faturado ao Marítimo um milhão e duzentos mil euros de taxas, e penso que foi já tornado público pelo Presidente do Marítimo que vai agir judicialmente, tentando comprovar a ilegitimidade de cobrança destas taxas. Portanto, o Município fez tudo aquilo que tem que fazer no sentido de as cobrar, e neste momento há um processo judicial tentando impugnar essas taxas. -----

Respondendo à questão do Deputado Rui Cortez relativamente ao procedimento concursal e aos júris do concurso, é sabido que desde a entrada da nova orgânica da Câmara, os dirigentes foram nomeados em regime de substituição. Esta substituição é válida por um período de trinta dias terminando no próximo mês de maio. E o que diz a lei é que a substituição cessa na data em que o titular seja nomeado por via de concurso, ou continua em regime de substituição desde que esteja em curso o procedimento tendente à designação de tal titular. -----



De acordo com o parecer da DGAL, o procedimento tendente dá-se com a aprovação dos Júris que pretendemos trazer a uma próxima reunião de Câmara, uma vez que estamos a falar não só dos onze elementos do Júri, portanto trinta e três jurados, dos cargos de direção de primeiro grau, estamos neste momento a falar de todos. Portanto, estão em causa cento e dois jurados e temos também ao abrigo daquilo que foi a primeira proposta de Júri, validar se os Júris anteriores continuam com a disponibilidade para fazer parte dos Júris. Até porque alguns deles tomaram novas funções nas suas carreiras e precisamos de validar se existe a disponibilidade das mesmas pessoas integrar este Júri. -----

Portanto, virá a uma das próximas reuniões de Câmara e posteriormente à próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. Neste momento estamos a diligenciar junto de todos os partidos que compreendem esta Assembleia, para indicar alguns nomes que possam fazer parte dos trinta e quatro procedimentos concursais que irão tomar lugar. -----

Finalmente, e ainda em relação à notícia que veio hoje vinculada no DN relativa ao reposicionamento remuneratório, levantada pela Deputada Herlanda Amado e pelo Deputado Rui Cortez, este reposicionamento remuneratório é de facto aquilo que nos é obrigado a fazer de acordo com o relatório do Tribunal de Contas. Isto não é novidade, isto já se passou em todos os outros Municípios da Madeira e o Funchal não é exceção, no Funchal só existem duas exceções em relação áquilo que foi o todo dos outros Municípios da Região. -----

O primeiro é o facto de ter havido opção gestionária em dois anos, dois mil e nove e dois mil e dez, quando nos outros houve exclusivamente em dois mil e nove. -----

A segunda diferença é que o Funchal não está a pedir qualquer devolução de verbas aos trabalhadores. Aí estamos completamente de acordo, somos intransigentes na defesa daquilo que são os direitos dos nossos trabalhadores, portanto não estamos a pedir

qualquer devolução de verbas, estamos simplesmente a visar o reposicionamento como nos manda o relatório do Tribunal de Contas. -----

Esta notícia está hoje no DN, porque estamos a notificar os trabalhadores daquilo que é a decisão do Município em que os trabalhadores têm direito a uma audiência prévia, e darem a resposta daquilo que é o seu entendimento que o Município deve agir, dizendo que o Município não deve reposicionar. -----

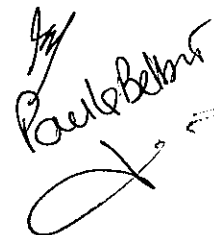
Como sabemos o relatório do Tribunal de Contas não é passível de ser recorrido, não há uma instância superior para recorrer daquelas decisões que estão lá no relatório do Tribunal de Contas. Sendo exclusivamente competência do Tribunal Administrativo emitir alguma decisão sobre esta matéria, ou seja, aquilo que foi acordado com os Sindicatos, e temos estado em diálogo permanente com os Sindicatos. Nós exararemos o despacho e os Sindicatos poderão recorrer para o Tribunal Administrativo, colocando uma providência cautelar sobre aquele ato administrativo que será feito pelo Município. No Tribunal Administrativo poderão ser apensos novos argumentos e rebater aquilo que eventualmente é os fundamentos que foram encontrados pelo Tribunal de Contas, que neste momento não nos é possível fazer em sede de Tribunal de Contas. -----

Não há aqui nenhum dado novo em relação aquilo que foi o processo que já foi tornado público em dezembro. Isto só veio agora porque estamos a falar de setecentos e noventa e um trabalhadores, e eles têm de ser notificados por carta registada até dez dias, e é isto que tem tornado um processo moroso. -----

Como tal, gostaria de dizer que mantemos intransigentemente a nossa posição de defesa daquilo que são os direitos dos trabalhadores, esperando que em sede de Tribunal Administrativo possamos rebater alguns argumentos que o Tribunal de Contas não nos permite rebater por via do relatório". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrado o PAOD, dando a palavra ao





**Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando este por referir: "Destaquei nesta informação que é prestada aos Senhores Deputados e Senhores Vereadores, a questão do Orçamento Participativo que não está concluído, falta a questão da execução dos projetos que foram votados e saíram vencedores. Mas, até ao momento foi um grande sucesso no sentido de envolvimento dos cidadãos perceberem o objetivo e a finalidade. -----

Como é do vosso conhecimento os oito encontros que fizemos tiveram mais de mil participantes, com a apresentação de duzentas e cinquenta propostas, que é significativo do envolvimento das pessoas na Cidade, e nas questões da cidade independentemente até de viverem cá ou não. -----

O resultado da votação foi de quase oito mil e quinhentos votos, com vinte e sete projetos que foram postos à votação, saindo vencedores os seguintes projetos: -----

- A criação de acessibilidades ao mar para pessoas com necessidades motoras especiais. -----
- Um Skate Park. -----
- Um cemitério para animais. -----
- Ampliação de um Ginásio para Idosos. -----
- O Núcleo Museológico da Jaime Moniz. -----
- Projeto de instalação pública para carregadores de telemóveis. -----

Estão afetos trezentos mil euros para a execução de todos estes projetos num prazo máximo de dezoito meses. -----

Gostaria também de destacar, que o Funchal é uma das poucas cidades que faz parte do *Portugal Participa*, um movimento que congrega estas iniciativas da democracia

participativa, o que para nós é muito importante sendo que é o primeiro ano que temos Orçamento Participativo. -----

Na questão do Ambiente, temos também outra adesão do Município do Funchal, somos o único Município da Região que participa no projeto *Clima Adapte Local*. -----

São vinte e seis cidades a nível nacional que estão envolvidas na criação de uma estratégia para as adaptações climáticas, é claro que temos algumas especificidades na nossa Cidade, como a questão das aluviões, dos incêndios e a relação que têm com este projeto em que será muito interessante em termos de prevenção, a estratégia municipal para as adaptações climáticas relacionado com estes fenómenos em que é necessário diminuir a vulnerabilidade das nossas populações. -----

Este é um projeto que foi lançado pela Agência do Ambiente, e quero dizer também que para além da estratégia que está a ser criada no âmbito das adaptações climáticas os nossos técnicos têm tido formação. -----

Nas obras, gostaria de realçar o facto de ter sido já adjudicado o projeto de execução e recuperação da ETAR do Funchal, o valor da adjudicação foi de cento e oitenta e nove mil mil e novecentos euros. -----

Além de termos feito novo contrato de prestação de serviços, nomeadamente para as estações elevatórias no valor de seiscentos e sessenta mil euros, que representa uma redução significativa daquilo que era o contrato anterior. -----

Também temos já a aprovação do contrato da empreitada de ligação do Beco do Paiol à Rua do Paiol, e do Caminho do Poço Barral as obras estão a decorrer. Foi já aprovado o plano de segurança e de seguro da obra, havendo uma alteração do trânsito sugerida pelos comerciantes, pois nós sabemos os constrangimentos que uma obra implica em termos de mobilidade e de afetar os estabelecimentos comerciais e as residências. -----

Realizou-se também a Assembleia Municipal Jovem com vinte e cinco alunos de seis



estabelecimentos, foi muito interessante esta Assembleia Municipal Jovem, não só pelas propostas apresentadas mas pela maturidade dos alunos, e há que realçar o trabalho feito pelos professores, na apresentação das propostas, na argumentação e na contra-argumentação. -----

Da Igualdade, a criação da instituição do Dia Mundial Municipal para a Igualdade, vinte e quatro de outubro, nós temos tido enquanto Câmara uma preocupação com estas questões. Foi criado também um Conselho Municipal para a Igualdade, no sentido de combater a discriminação. -----

Para além de outras ações que já tínhamos desenvolvido, como o Protocolo com a Comissão de Igualdade e Género e a nomeação da Conselheira Municipal para a Igualdade, além da instituição do Prémio Maria Aurora. -----

Nas finanças municipais, não posso deixar de referir, que temos o resultado líquido positivo de três vírgula nove milhões de euros, e neste resultado líquido positivo gostaria de realçar a redução dos custos de exercício em cerca de dez milhões de euros, e isto deve-se a dois milhões de euros nos fornecimentos de serviços externos. Conseguimos diminuir em termos de contratação e de serviços outsourcing, dois milhões de euros, e reduzimos também um milhão de euros nos custos financeiros, nomeadamente com os juros. Porque o facto de se pagar a tempo e horas evita de termos estes custos financeiros acrescidos. Isto significa que há uma mudança de paradigma na gestão financeira da Câmara Municipal do Funchal, com o pagamento a fornecedores a tempo e horas, nós neste momento estamos com uma média de sessenta e seis dias. Estamos a pagar a dívida e estamos a reduzir os custos com as despesas correntes e mantendo o investimento, que não é ainda o que desejamos, mas é significativo nesta proporção de redução da dívida, pagamento a fornecedores e ainda poderemos estar a investir. -----

Temos também o aumento de dois vírgula cinco milhões de euros dos proveitos do

exercício, mesmo tendo em conta que este ano houve uma redução de transferência do estado em cerca de quatrocentos mil euros. Isto, apesar de nós termos tido uma atitude de redução e de alívio fiscal aos nossos munícipes, basta lembrarmo-nos da redução do IMI, da devolução de um ponto percentual do IRS, a redução de cinquenta por cento das taxas de licenciamento e publicidade para o pequeno comércio, a redução das tarifas dos parómetros bem como, a ARU e os benefícios fiscais para a recuperação do edificado da nossa Cidade". -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** disse: "Em relação ao Relatório de Atividades a verdade é que passados alguns relatórios e aquilo que foi pedido pela Senhora Deputada Guida Vieira que não queria continuar a receber relatórios maçudos com a "tampa da retrete" e a água na escola etc, que não era isso que era a atividade política que esta Assembleia discutia, era a atividade política da Câmara e os seus projetos. E continuamos a receber os mesmos relatórios, portanto é que eles não eram assim tão maus nem havia assim tanto problema naqueles que fazíamos, registamos que continuam a ser idênticos. -----

Em segundo lugar, o Senhor Presidente tem conseguido fazer "dourar a pílula" é que essa questão do Orçamento Participativo, estou a ver que vai render por muitos e bons tempos como uma grande iniciativa da Câmara, como o ato mais importante que esta Câmara teve como a chegada da democracia a esta Cidade com quinhentos anos. -----

Não temos nada contra a iniciativa, agora parar uma Câmara ou enunciar num relatório de atividades como a principal iniciativa da Câmara durante Assembleias Municipais sucessivas, para uma iniciativa que representa zero vírgula três por cento do orçamento da Câmara parece-nos pouco. É bom sim Senhor, as pessoas participaram, votaram, as coisas que serão feitas naturalmente serão do agrado de alguns, porque assim foi votado, agora



parece-nos manifestamente pouco que continue a ser uma paragona da sua parte e um título de primeira página, vai-se gastando e penso que só o Senhor Presidente continua a lembrar-se de fazer publicidade a isso. -----

Vamos às iniciativas que também foram bandeira desta Câmara e que continuamos a ter no Relatório de Atividades, embora, deixe-me salientar, um bocadinho mais esbatido, não sei se foi coincidência, mas no gráfico que encontram sobre o *Câmara à Porta*, quase que não se consegue ver que é o resumo da atividade do *Câmara à Porta*. A verdade é que já houve munícipes que nos vieram dizer que aquele carro já está a servir para outras coisas, como transporte de músicos etc. -----

Mas, deixe-me dizer que essa iniciativa que estava debaixo do guarda-chuva como uma grande bandeira, de acordo com este Relatório num ano teve seis apoios. -----

Apoio aos Medicamentos, mais uma grande bandeira desta Câmara para acolher os mais necessitados, de um universo expectável na apresentação desta iniciativa de três mil necessitados, temos neste relatório cento e vinte casos aprovados. -----

Arrendamento, SMA, temos uma média de sete por mês numa Cidade com por ventura milhares de arrendamentos existentes. -----

Programa PRESERVA pelo relatório desde janeiro temos trinta e um em avaliação, aprovados zero. -----

Enumerei quatro iniciativas desta Câmara que seriam promessas eleitorais, grandes achegas à população, grande ajuda, parece-me que o impacto dessas medidas tanto na ajuda a quem necessita como no reflorescimento da economia da cidade, muito pouco tem contribuído. -----

Não posso deixar de falar na questão dos Parques de Estacionamento, esta Câmara indicou como sendo quase uma mina de ouro o facto de retomar o controlo dos estacionamentos de viaturas na Cidade do Funchal, portanto são contra o facto de lançar

a concurso e que os privados façam esse trabalho e que retornem com receitas certas e garantidas à Câmara. -----

Espero que no final deste ano de dois mil e quinze já vejamos um grande aumento da receita nos números, e quando vierem as contas da Frente MarFunchal, lembro-me do Deputado Lino Abreu na altura dizer que quase duplicava a receita que existia com o concurso público, mas Senhor Presidente tenho-lhe de dizer uma coisa, por experiência própria, os munícipes têm vindo nos transmitir que ficou muito mais leve poder deixar o carro sem pagar estacionamento do que era anteriormente. -----

Antigamente quando era concessionado a uma empresa privada, passado algum tempo esgotado o estacionamento tínhamos um talão com uma referência multibanco a indicar para pagar esse valor. Há tempos passou o tempo limite do estacionamento e tinha lá o talão, eu pensei vou fazer como algumas vezes vou pagar por multibanco os três euros, quando para meu espanto verifico que o papel que já é da Câmara, não tem nenhuma referência multibanco e diz para dirigir-se às instalações da Câmara Municipal do Funchal para efetuar e liquidar o pagamento. -----

Para testar como estão a funcionar os serviços camarários, guardei o talão porque antigamente passados uns meses recebíamos em casa, um valor de trinta euros correspondentes a uma multa por não ter pago o valor inicial. Ora até hoje, já passou quase um ano, estou à espera de ver quando é que a Câmara vai cobrar. Agora concluo deste simples caso que pode ser apenas um, embora saiba que não é, é perda de receita para a Câmara, é mostrar que a Câmara não tem capacidade nem é seu papel gerir este tipo de assuntos. É óbvio que um privado quando está a gerir isto vai é calcular o seu resultado, porque tem de pagar à Câmara e vai ter mais cuidado de andar em cima das situações e dos fiscais serem mais eficientes. -----

Provavelmente agora como isto agora é tudo público e o dinheiro é de nós todos, estão



mais relaxados, se calhar trabalham de outra maneira e não funciona da mesma forma. Portanto, vou aguardar para ver por quanto tempo é que vai chegar, cá para mim suspeito que nunca me vai chegar cobrança nenhuma ou se chegar entretanto, já perderam o prazo e a receita há-de vir para outra Câmara. -----

Para terminar, Senhor Presidente deixe-me que lhe refira apenas que no ponto seguinte não vou comentar aquele seu comentário final, sobre o resultado da Câmara, deixarei para o debate das contas”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do GMM** pediu o seguinte esclarecimento ao Senhor Deputado Rui Cortez: “O que o Senhor Dr. Paulo Cafôfo está a fazer está tudo mal, agora pergunto, na Vereação anterior, oito anos, que prometeram uma capela mortuária na freguesia do Monte, ainda está lá o terreno, nada feito. -----

O comboio entre o Monte e o Terreiro da Luta está lá a estação e o comboio não apitou. - A Praia Formosa, o Toco, o Castanheiro? -----

E fico por aqui, Senhor Deputado”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** respondeu: “Cada vez que os membros da Mudança falam, só me lembro do ditado que “Pela boca morre o peixe”. -----

Senhor Deputado então continua no passado, já vimos aqui hoje metade do mandato desta Câmara e a única coisa que o Senhor sabe fazer para defender este Executivo é continuar a falar do passado? -----

Mas quando é que os Senhores vão começar a trabalhar e deixar a anterior Vereação em paz, já passou meio mandato Senhor Deputado”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do GMM** respondeu: “O passado é passado e também deve ser lembrado, e como as vossas não foram cumpridas

eu aqui estou a relembrar o que vocês prometeram e não fizeram”. -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** declarou: “Antes de mais, queria agradecer os esclarecimentos do Executivo relativamente à questão das taxas urbanísticas. -----

Tomo de boa-fé as suas explicações, sem contudo sublinhar, que não é inteiramente verdade aquilo que V. Exa aqui reportou, relativamente à informação entregue pelo Executivo ao pedido formal que eu fiz. Aliás, não é a primeira vez que não tenho essa informação, e nem sequer é por respeito à minha pessoa mas ao Regimento desta Casa, e também à nobre função de fiscalizar o Executivo que nós aqui em representação do Povo estamos. -----

Em relação à informação do Senhor Presidente sobre as atividades da Câmara, vou relembrar as questões de forma. -----

Registo que é sempre a mesma densidade do documento feito de forma avulsa com alguns *copy pastes*, e noto sobretudo que sectorialmente não há um corpo homogéneo para que torne a leitura mais afável e compreensível relativamente às atividades sectoriais que a Câmara apresenta, ou diz apresentar ou diz fazer. -----

De maneira que, só vou recordar o que alguns Deputados o fizeram, que é um pequeno esforço de tornar essa informação um bocadinho mais homogénea sectorialmente, de maneira a que a leitura seja um pouco mais clara, mais evidente, mais compreensível”. --

**3. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** manifestou o seguinte: “Estive a ler com atenção o vosso relatório, e como já falou o Deputado Rui Cortez, verifica-se a fraca execução e fraca participação dos programas que esta Câmara fez chegar à comunicação social como sendo grandes programas. São-no efetivamente, mas o facto é que a burocracia leva com que as pessoas desistam ou então muitas delas voltam sem fazer a continuidade do processo. -----





Vou falar das estatísticas destes programas, que eu gostaria de ver neste relatório e que a Câmara deveria de fazer chegar a nós Deputados, que é a morosidade e os meses que levam os projetos quando entram na Câmara e o tempo que demoram a ser aprovados. - Gostaria de saber aqui neste relatório, a quantidade de projetos que dão entrada nesta Câmara em determinado mês, o tempo que demora a ir a despacho, o tempo que demora o requerente a receber a primeira notificação, que como sabe sendo uma empresa a cada dia, cada mês, cada ano que passa à espera de determinada resposta, são milhares de euros que se perde para além da oportunidade perdida. -----

Eu tenho conhecimento, e o Senhor Presidente também, que esta Câmara está apelidada de *uma Câmara que não decide, que tarda em decidir, que tem medo em decidir*. -----

Sei de casos de obras particulares que demoram quatro, cinco, seis meses a ter uma resposta. -----

Esta Câmara até está a fazer coisas boas mas no que toca a este setor específico há muita reclamação lá fora. -----

E isso é importante para uma Câmara que quer decidir com celeridade, uma Câmara que quer ter investimento privado, que quer patrocinar o investimento do setor empresarial e hoje o que se vive é um fraco poder de decisão, embora eu saiba que não é fácil decidir à luz da lei que hoje as Câmaras têm que respeitar, mas o que é facto é que tem de haver gente capaz para o poder fazer. Não é o empresário, não é o cidadão comum que tem de esperar quatro, cinco meses para ver uma resposta. -----

Por isso, gostaria que no futuro este relatório, também fizesse chegar ao nosso conhecimento a estatística da demora em termos particulares e em termos empresariais”.

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu o Senhor Deputado Rui Cortez dizendo: “Pode incomodar-lhe falar do Orçamento Participativo, mas o mesmo tem várias fases, e aquilo que temos falado é o que acho que temos o dever de informar esta Assembleia, até

porque não tínhamos tido ainda oportunidade de falar sobre os vencedores e sobre o processo da votação, e isso para nós é relevante. -----

Se para si e para o PPD/PSD, não é importante o envolvimento dos Cidadãos, para nós é. Nós não comemoramos Abril só como um marco ou só como um facto histórico, é bom que o façamos diariamente. E para nós fazer diariamente é dar o nosso contributo para a participação da Cidadania, para o envolvimento dos Cidadãos, e neste caso sobre o Orçamento Participativo vai ter que me ouvir falar até ao final do meu mandato. -----

Sobre a fraca execução dos programas que o Senhor Deputado Lino Abreu referiu, vamos bater um pouco na situação que falamos de manhã. -----

Relativamente ao Subsídio Municipal de Arredamento, os regulamentos podem ser melhorados, podemos limar algumas arestas, há constrangimentos legais que realmente nos impedem. -----

A nossa perspetiva é melhorá-los porque se foram criados, é para ajudar as pessoas, quanto maior número de pessoas forem ajudadas, para nós é melhor. Não estamos aqui a falar de qualquer obstaculização intencional da nossa parte.-----

Relativamente ao tempo que demora o licenciamento do requerimento, o Senhor Deputado convirá que não é um problema atual, isto é, há do ponto de vista burocrático determinados constrangimentos da documentação e dos processos, e esta Câmara a nível regional tem uma dimensão bem maior que as outras. Portanto, há aqui uma escala que não tem nada a ver com os outros municípios, mas gostaria de lhe dizer que essa é uma nossa preocupação, porque os tempos não são de grandes obras, há outras ações que podemos fazer, como o Orçamento Participativo ou dotar a Câmara de uma maior eficácia e eficiência. E não é por acaso que também temos o compromisso da Loja do Município, porque a Loja do Município, mais do que o *front office*, local de receção dos munícipes para



a resolução de problemas, o problema é o *back office*, que é adaptar e agilizar toda a estrutura que nós temos, de modo a que haja uma melhor resposta. -----

Porque o problema não é a assinatura e a decisão, quando está fundamentado por parte dos serviços, é fácil de a nós quando chega assinar, da nossa parte não andamos a acumular qualquer tipo de decisão ou de assinatura, agora é verdade que em termos de fluxos de documentação isto é um labirinto, e no âmbito da Loja do Município estamos, com o nosso auditor de qualidade, a verificar quais são os fluxos e a tentar melhorá-los. -----

A Loja do Município irá ter esta vantagem mais do que o atendimento, o conforto e a qualidade para os nossos munícipes, é a resposta que é dada. Porque o munícipe tem que saber não só o tempo de demora, portanto os serviços também terão esses objetivos bem definidos, também há fluxos que têm de ser melhorados porque não são benéficos para a decisão que depois o Presidente e os Vereadores terão de tomar. -----

Estamos atentos a isso, reconhecemos que é um problema, não é fácil porque a estrutura é pesada, mas que no âmbito da Loja do Municípes estou certo de que iremos chegar lá. Tenho de reconhecer que também não é um processo fácil, porque temos aqui determinados hábitos em termos dos circuitos e do próprio desempenho dos nossos funcionários. Eles têm de ser adaptados e isso é o mais difícil mudar, não basta introduzir aqui uma ferramenta tecnológica para de um dia para o outro acabar toda essa situação.

Portanto, no âmbito da Loja do Município espero que este problema seja resolvido, porque na verdade é um foco de conflito entre a Câmara e os munícipes. A qualidade que se vive numa Cidade também se vê pela qualidade do serviço público que é prestado no sentido da informação que é prestada e na sua rapidez”. -----

--- **Ponto dois - Documentos de Prestação de Contas de 2014, em observância do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o Senhor Presidente deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia**, que apresentou o seguinte: “Temos

um documento que é completo, é rigoroso e espelha aquilo que foi as contas do Município do Funchal em dois mil e catorze. -----

Este documento foi aprovado em reunião de Câmara, e vem agora a esta Assembleia para ser analisado e apreciado. -----

Como tal, numa análise global, a análise das contas requer um enquadramento económico, em que irei salientar três pontos do enquadramento económico regional, aqueles que nos afetam: em primeiro lugar, pelo recuo da atividade económica, uma vez que está implícita a redução de taxas, de receitas municipais e perda de rendimento das famílias que tem uma implicação na cobrança de receitas. -----

Isto porque, vivemos numa conjuntura em que temos o desemprego no final de dois mil e catorze, sensivelmente de quinze vírgula um por cento, dados do INE, tivemos uma diminuição do PIB entre dois mil e oito e dois mil e treze, que indiretamente implica perda de poder de compra para as famílias portuguesas de oito e meio por cento, e vivemos numa situação de inflação, sendo que no ano de dois mil e catorze a mesma foi de zero vírgula dois por cento. E se tomarmos em consideração o mês de fevereiro de dois mil e quinze, temos uma inflação de zero vírgula sete por cento, o que espelha de alguma forma houve alguma retração naquilo que são os investimentos que possam ser feitos, uma vez que sempre em situações de inflação quanto mais tempo se aguardar menos oneroso será o investimento, porque os preços estão a baixar. -----

Relativamente à Câmara Municipal do Funchal, e de acordo com o seu comportamento orçamental, posso apontar a diminuição de receitas em cerca de trinta e três por cento ascendendo a setenta e seis milhões de euros no ano de dois mil e catorze, isto se retirarmos o efeito PAEL de vinte e oito milhões de euros. Relembro só, que o PAEL apesar de inicialmente estar previsto ser em duas tranches, entre o ano de dois mil e doze e o ano de dois mil e treze, acabou por ser do ponto de vista orçamental todo executado no ano de

dois mil e treze, e como tal, podem confrontar quando analisarmos os dois anos, dois mil e catorze comparado com dois mil e treze. Muitas vezes temos reduções porque foram pagas muitas das despesas em dois mil e treze e houve esta receita extraordinária do PAEL em dois mil e treze de vinte e oito vírgula quatro milhões de euros. Portanto, se retirarmos este efeito do PAEL teríamos uma redução nas receitas de onze por cento -----

Houve também em simultâneo naquilo que é o comportamento orçamental uma contenção total da despesa, que foi reduzida em trinta e três por cento, com destaque para a redução de despesa corrente na ordem dos vinte e quatro vírgula dois por cento para setenta e quatro milhões de euros. Novamente tirando o efeito PAEL a redução cifrar-se-ia em dezassete por cento em relação a dois mil e treze. -----

Passando para uma análise ao comportamento financeiro, ao patrimonial do Município do Funchal em dois mil e catorze, tivemos um aumento dos proveitos e ganhos, que se cifraram em trinta e três milhões de euros, um aumento de dois por cento e uma redução de doze por cento nos custos e perdas do exercício situando-se nos sessenta e nove vírgula quatro milhões de euros, ou seja, desta forma obtemos um resultado líquido no exercício de dois mil e catorze de três vírgula oitenta e oito milhões de euros. -----

Devo referir ainda, que o plano de ajustamento financeiro impôs uma redução de investimentos, restringindo agora o nível das receitas geradas, ou seja, os investimentos devem acompanhar aquilo que é a execução da receita, e nesse sentido tenho que apontar que houve uma redução de investimento de sessenta e seis por cento em relação a dois mil e treze, não só pelo facto do Município ter uma limitação de recursos a novos empréstimos para fazer face a novos investimentos, imposto pelo PAEL, mas também, por outros dois efeitos: o primeiro o facto de estarmos num período de ato entre o Quadro Comunitário de Apoio, apesar do novo já ter sido assinado e de já termos, nomeadamente na área do Fundo Social Europeu, na área do social, já existirem algumas dotações no novo

Quadro, no FEDER e no Fundo de Coesão, o programa ainda não está aberto, portanto ainda não há qualquer fundo financeiro dentro dos programas do Madeira catorze / vinte. Paralelamente a isto, os contratos programa com o Governo Regional que desde a assinatura do PAEF estavam proibidos, presumo que com o final do PAEF, do Plano de Ajustamento à Região no final deste ano, pode-se novamente abrir a porta a este tipo de instrumento financeiro, haja vontade da Região de voltar a abrir portas a este instrumento. O que quer dizer que em dois mil e catorze, do ponto de vista orçamental, foram liquidados os últimos montantes dos contratos programa que estavam em dívida para com esta Câmara. -----

Esta redução de investimento de sessenta e seis por cento também se reveste no facto de no ano de dois mil e treze, terem sido pagos muitos daqueles que foram os investimentos que estavam em dívida a fornecedores por via do PAEL, como tal, houve esta redução de sessenta e seis por cento do investimento, e também a reclassificação de cerca de dois milhões de euros de despesas que antigamente eram despesas de capital. E agora, de acordo com as recomendações do nosso Revisor Oficial de Contas, foram reclassificadas em sede de classificação orçamental, como despesas correntes, falo nomeadamente do contrato de Renting de aluguer de viaturas operacionais, do contrato de gestão das ETARS, que antes eram classificados como investimento, e houve esta recomendação para classificar como despesas correntes. -----

E ainda na área da Cultura, havia classificação, e isto poderia dar aso a uma grande discussão, porque a Cultura é com certeza um investimento, mas do ponto de vista contabilístico as despesas com Seminários, com o Funchal Jazz e outro tipo de eventos culturais, não podem ser classificados como investimento. Como tal, também reclassificamos nestas contas estas despesas como despesas correntes, assim, acaba por



esvaziar um pouco aquilo que é o investimento as despesas de capital e aumentar as despesas correntes. -----

Numa análise ao balanço, logo à partida permite-nos afastar a imagem de rutura financeira do Município do Funchal, estamos perante um grau de autonomia de setenta e oito por cento. -----

As dívidas de médio e longo prazo entre dois mil e treze e dois mil e catorze observaram uma redução de onze vírgula um milhões de euros, que na prática traduziriam uma redução de treze vírgula sete se não tivéssemos de inscrever o reconhecimento da dívida inerente ao FAM, que é imposta por lei no valor de dois vírgula seis milhões de euros, ou seja, o Funchal tem que capitalizar o FAM em três vírgula um milhões de euros. Também decorre de uma lei de dois mil e catorze a adicionar o novo regime financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais, a Lei 73/2013, com a qual temos que cumprir nesta prestação de contas pela primeira vez, ou seja, o grau de autonomia financeira, falando aqui de alguns rácios está em setenta e oito por cento, grau de cobertura do imobilizado em oitenta e sete por cento, e a liquidez geral em cinquenta e três por cento. -----

As dívidas a terceiros foram reduzidas resultantes dos esforços que têm vindo a ser envidados, da boa cobrança com a realização de encontros de contas com clientes que são simultaneamente fornecedores da Autarquia e neste item, devo apontar o SESARAM, a VALOR AMBIENTE, agora ARM, com quem são regularmente feitos encontros de contas.

As dívidas para com terceiros reduziram onze vírgula dois por cento, note-se que poderia ser superior, poderia ser quinze por cento não fora duas situações: a inscrição da dívida relativa ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, que nós Município do Funchal temos que capitalizar em três vírgula um milhões de euros e a devolução da DERRAMA indevidamente cobrada no ano passado, penso que se recordam que no ano passado houve aquela dívida se era aplicada às empresas do Centro Internacional de Negócios ou não, sempre foi nossa

convicção que não deveria de ser aplicada, uma vez que o Centro Internacional de Negócios está isento de impostos locais. Apesar de haver algumas dúvidas da Autoridade Tributária, porque é da sua responsabilidade esta cobrança, e houve uma cobrança liquidada no valor de seiscentos mil euros a empresas que estavam no Centro Internacional de Negócios, tivemos que inscrever essa verba que foi recebida a mais o ano passado, e tem a mesma que ser inscrita como dívida porque temos de a devolver às empresas e o encontro de contas é feito na DERRAMA deste ano, a Autoridade Tributária reterá esse valor e devolverá às empresas que liquidaram indevidamente. -----

Os resultados transitados apresentam um valor negativo de vinte vírgula nove milhões de euros, isto são resultados de anos anteriores. São os seis milhões de euros, e neste caso foi aplicado aqui também a correção de acordo com aquilo que são recomendações do nosso revisor Oficial de Contas, fizemos as correções às amortizações de anos anteriores na ordem de catorze vírgula nove milhões de euros, como se pode ver no gráfico da página quarenta e quatro que é auto explicativo. Normalmente este Município tem amortizações, sensivelmente entre dez e treze milhões de euros, houve alguns anos em que essas amortizações foram inferiores e como tal, estamos a repor e a corrigir todas essas amortizações este ano, nesta prestação de contas. -----

No que toca à execução orçamental, cumprimos com aquilo que são as boas práticas de execução dos orçamentos, quer da receita, quer da despesa. O orçamento da receita teve uma execução de oitenta e cinco por cento e o da despesa de oitenta e sete por cento estando fora daquilo que é considerado à luz do regime financeiro, os alertas de má gestão orçamental, portanto cumprimos com os oitenta e cinco por cento. -----

No que concerne à receita, tivemos receitas próprias de cinquenta e dois vírgula nove milhões de euros que podem ser decompostas: vinte e cinco milhões de euros em impostos diretos, vinte e sete milhões de euros para venda de bens e serviços correntes. De salientar,





que os impostos diretos voltaram a ser a principal fonte de receitas do Município, isto porque em dois mil e treze, em que era a venda de bens e serviços correntes a maior fonte de receita do Município, suplantou aquilo que eram os impostos diretos, não por termos aumento dos impostos mas pelos encontros de contas feitos em dois mil e treze por via do PAEL, fez com que aumentassem a venda de bens e serviços nomeadamente com a liquidação de valores com encontros de contas com a ARM ou VALOR AMBIENTE e o SESARAM. -----

As transferências de capital, durante o ano de dois mil e catorze representam vinte e seis por cento da receita no valor de dezanove vírgula oito por cento. Em termos de impostos diretos posso dizer que do IMI recebemos dezasseis vírgula oito milhões de euros, acima daquilo que tinha sido a execução do ano anterior, o imposto de circulação dois vírgula sete milhões de euros e o imposto municipal de transmissões de três vírgula seis milhões de euros. -----

Na DERRAMA como disse, houve receitas de dois vírgula um milhões de euros mas a estas receitas devem ser descontados seiscentos e vinte e cinco mil euros, que têm de ser devolvidos às empresas na execução do orçamento deste ano. -----

No que tange à despesa, houve redução nas despesas com pessoal, houve uma taxa de execução de despesa cabimentado de noventa e sete por cento, que se deve maioritariamente à redução do número de horas extraordinárias. Isto porque durante o ano de dois mil e catorze foi o ano em que no Município do Funchal os trabalhadores tiveram que cumprir um horário de trabalho de quarenta horas semanais. Desde setembro de dois mil e treze que estava em vigor, este ano sabemos que já depois de serem assinados os ACEPS, voltamos às trinta e cinco horas, mas a redução das horas extraordinárias também decorre dessa prerrogativa do aumento às quarenta horas de trabalho, que fez com que o Município poupasse também em horas extraordinárias, e também com a redução do

número de funcionários que conseguimos manter aquilo que estava disposto no PAEL, a redução de dois por cento ao ano, nomeadamente no que diz respeito à Autarquia que foram quarenta trabalhadores por via das reformas. -----

De salientar, que apesar de ter havido este aumento das quarenta horas, poupando em horas extraordinárias, houve por outro lado um aumento da taxa da Caixa Geral de Aposentações de vinte para vinte e três vírgula setenta e cinco por cento. Houve a supressão da redução remuneratória entre os meses de junho e setembro, em que o Tribunal Constitucional decidiu a inconstitucionalidade da redução remuneratória do orçamento de estado do ano passado. Portanto tivemos que pagar os meses de junho a setembro, sem redução remuneratória e todo este efeito acabou por também aumentar as despesas com pessoal, no entanto, num total os custos e despesas com pessoal foram reduzidos. -----

As transferências para as Juntas de Freguesia, sofreram uma diminuição de zero vírgula três milhões de euros como estava previsto no orçamento do ano passado, com a consequente também redução, do âmbito daquilo que eram as competências delegadas nas Juntas de Freguesia. -----

Na aquisição de bens de capital, houve um decréscimo ao longo dos últimos três anos embora se observe um aumento de cinco vírgula dois, de dois mil e doze para dois mil e treze, por via da execução do PAEL. Se considerarmos que em dois mil e treze foram efetuados pagamentos do PAEL no total de sete vírgula um milhões de euros. -----

E como já referi, houve a questão da reclassificação de despesas que eram classificadas antes como despesas de capital, e agora para despesas correntes, nomeadamente da gestão de águas residuais de um vírgula dois milhões de euros, promoção de eventos culturais zero vírgula nove milhões de euros e o renting do aluguer operacional de viaturas de zero vírgula seis milhões de euros. -----



No que concerne aos passivos financeiros, como não foi utilizado o empréstimo de curto prazo de apoio à tesouraria, não houve quaisquer juros pagos porque não foi utilizado o empréstimo de três vírgula cinco milhões de euros. -----

Em relação ao equilíbrio orçamental, posso dizer que o mesmo foi cumprido. Pela primeira vez uma regra de equilíbrio orçamental, em que as receitas correntes têm de cobrir não só as despesas correntes, mas também a média das amortizações de médio e longo prazo e se foi conseguido tivemos uma poupança corrente de cinquenta e três mil euros no final de dois mil e catorze. Há luz da anterior lei das finanças locais, teríamos uma poupança corrente de oito vírgula oito milhões de euros, ora isto significa que a amortização do serviço da dívida daquilo que foi reduzido em empréstimos de médio e longo prazo foi de oito vírgula seis milhões de euros. Foi o que liquidamos à banca e aquilo que liquidamos aos nossos fornecedores, em relação a dois mil e treze, foi cinco vírgula cinco milhões de euros representando num total uma redução da dívida global entre dois mil e treze e dois mil e catorze de quinze por cento. -----

Dentro do limite de endividamento temos uma margem de endividamento de dezoito vírgula oito milhões de euros, devo lembrar que o limite de endividamento foi alterado pelo novo regime financeiro, Lei 73/2013 em que estabelece que este deve ser um vírgula cinco vezes o valor da média das receitas correntes líquidas dos últimos três anos, o que significa para o Município do Funchal, que noventa e nove milhões de euros é o limite de endividamento. Ainda temos uma margem de endividamento de dezoito vírgula oito milhões, mas relembro que se fosse à luz do cálculo limite anterior, não teríamos uma margem tão grande de endividamento, uma vez que era um vírgula vinte e cinco e não um e meio.. -----

No que concerne à execução do Plano Plurianual de Investimentos, que apresentava um orçamento de onze vírgula três por cento tivemos uma execução física de oito milhões de euros, ascendendo setenta e um por cento, e uma execução financeira de sete vírgula sete

milhões de euros que ascende a sete vírgula sete milhões de euros daquilo que foi pago e liquidado dentro do exercício de dois mil e catorze em sessenta e oito por cento. -----

Devo referir que estes sessenta e oito por cento quando comparados com anos anteriores, e retirando o ano de dois mil e treze, que foi o ano em que houve uma execução do Plano Plurianual de Investimentos atípica, foi uma execução extraordinária, uma vez que houve pagamentos naquele ano de investimentos de anos anteriores por via do PAEL, este é um valor que se cifra entre os melhores dos últimos dez anos”. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** disse: “Este foi o primeiro ano civil completo desta Câmara e as contas refletem aquilo que foi de facto a atividade da Câmara, e isso é uma boa fotografia daquilo que é o desempenho desta governação. Embora uma fotografia com muito *photoshop* para poder embelezar as contas e vamos ver porquê: -----

- As despesas - o Senhor Vereador esqueceu-se de mencionar que a grande descida das despesas financeira e de juros, se deve também, naturalmente como qualquer entidade que se financia, à descida das taxas de referência Euribor, que naturalmente também despenalizam qualquer crédito que seja devido pela CMF e, não só eventuais juros cobrados por credores. -----

Vamos depois, e isto está plasmado na apresentação do Senhor Presidente naquilo que foi o resumo da análise das contas de dois mil e catorze, em que diz que houve uma grande redução dos FSES e dos custos com fornecimentos e serviço externo. Ora bem, quando vamos analisar o grande decréscimo com estas despesas verificamos que de vinte e cinco milhões de diminuição, cerca de quinze milhões são referentes a quatro iniciativas da anterior Câmara, teve que ver com os acordos celebrados com a IGA, EEM e com a VALOR AMBIENTE. Todas estas poupanças que estão plasmadas no relatório, a maior diminuição



no quadro das despesas e fornecimentos, advêm por acordos feitos pela anterior Vereação até outubro de dois mil e treze. -----

Esta Câmara consegue também ser a primeira que diminui as transferências para as Juntas de Freguesia, foram menos duzentos e cinquenta mil euros para as Juntas de Freguesia da Cidade do Funchal. Diziam os Senhores que retiraram-lhes verbas e também retiraram-lhes competências, a verdade Senhor Vereador é que ao contrário das anteriores Câmaras que vinham sempre aumentando as transferências para as Juntas, numa logica de descentralização e de proximidade da população, esta foi a Câmara a diminuir as transferências para as Juntas de Freguesia. -----

O Senhor Vereador, não por lapso nem por esquecimento mas porque não lhe convinha, na descrição da diminuição das despesas não mencionou que esta Câmara transferiu menos um vírgula um milhões de euros para as instituições sem fins lucrativos, é isto que está plasmado nas contas de dois mil e catorze. -----

Temos também, e já sei que o Senhor Vereador eventualmente responderá que a diminuição na componente social que esta Câmara tanto defende, se deve ao facto de lá estar incorporado na chamada componente social, o saneamento básico, e tudo o que é a obra feita a leste da cidade que teve reflexo em dois mil e treze e que não tem em dois mil e catorze. -----

Muito bem Senhor Vereador chame-lhe o que quiser, seja componente social seja investimento o que quer que seja, se é investimento debaixo da terra e que ninguém vê, mas a verdade é que esta Câmara diminui nesta componente social, se não fez nenhuma obra nessa área, paciência. Vemos refletida nas contas uma diminuição de quase metade na componente social que é denominado nas contas da Câmara. -----

Depois vamos as taxas de execução, ou seja nas contas de dois mil e catorze nós vimos que um terço daquilo que tinha sido orçamentado não foi feito. Apenas sessenta e nove por

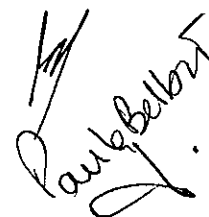
cento6 da taxa de execução no âmbito da despesa. E vou referir apenas três áreas onde esta Câmara referiu que iria abraçar e defender, como por exemplo os investimentos no equipamento e nos Bombeiros, sessenta e quatro por cento apenas da despesa prometida cumprida. -----

Espaços Verdes, apenas vinte e oito por cento de execução da taxa orçamentada e prometida para investimento em espaços verdes. -----

Habitação, aquilo que as anteriores Câmaras investiam e que hoje naturalmente fazem parte da dívida, estamos aqui a falar de despesa, manutenção, reparação, problemas que conhecemos da habitação social, trinta e um por cento. Esta Câmara gastou um terço na reparação de habitação social, portanto quando os Senhores Múncipes que vivem em habitação social vierem reclamar-vos do estado em que se encontram algumas delas, que são da responsabilidade da Câmara Municipal, eu sei muito bem o que responder. -----

Mas agora vamos ao grande traço de *fotoshop* destas contas, os senhores lembram-se aquando da análise das contas do ano passado, em que a outra Vereadora responsável pela área das finanças, Dr. Filipa Jardim Fernandes, achou por bem, nas contas que eram do PPD/PSD, que era preciso lançar o que se chama tecnicamente uma provisão para os cinco milhões de euros de IRS. Porque não sabíamos se iríamos cobrar, estava em tribunal e não sabíamos o que poderia acontecer a essa receita e portanto era melhor lançar essa provisão, e isso fez com que nas contas do PPD/PSD de dois mil e treze viesse logo um prejuízo de menos cinco milhões de euros que é para as contas ficarem "piorzinhas". -----

Pasme-se agora, passados dois meses, mudado o Vereador das Finanças agora já não é preciso a provisão dos cinco milhões de euros. Já não é preciso diminuir as contas da Câmara e o lucro da Câmara em cinco milhões de euros, porque agora vamos receber, não sei se é por achar que agora o Presidente do Governo Regional é o Dr. Miguel Albuquerque e vai resolver o problema, pois não têm justificação nem garantia nenhuma para isso, aliás,



o relatório que o Senhor Vereador apresenta menciona que esta provisão deixou de existir, pelo facto do assunto continuar em Tribunal ou ter seguido agora para decisão de Tribunal e poder ser judicialmente decidida. Isto não é verdade, e sabemos que quando alguma coisa vai eventualmente para os tribunais para ser decidida é mesmo aí que tem que ser provisionada. -----

O Senhor Presidente disse que tinha três milhões de euros de lucro na Câmara, mas se tivéssemos feito como no ano passado, e este Vereador fizesse igual à Vereadora Filipa Jardim Fernandes, e lança-se cinco milhões de provisões de IRS já não eram três milhões de lucros, eram dois milhões de prejuízos, vejam este *fotoshop*. -----

Receitas, a evolução percentual do aumento das receitas da Câmara é na cobrança dos impostos, e há pouco o Senhor Vereador disse que não aumentaram nem criaram impostos. Pois não Senhor Vereador, a DERRAMA que foi cobrada nesta Cidade não é um novo imposto que esta Câmara criou? -----

Senhores Deputados, a Câmara previu cobrar um milhão de euros de DERRAMA, mesmo descontando o valor que vai ter que receber a Câmara conseguiu cobrar um valor superior a um milhão de euros de DERRAMA. -----

Mas lembrem-se da justificação para a criação da DERRAMA? -----

A criação da DERRAMA foi dita necessária porque: primeiro por proposta do CDS/PP e porque a oposição aprovou a diminuição de um por cento do IRS na cobrança aos Cidadãos, sabem qual foi o impacto dessa medida nas contas de dois mil e catorze? Foram menos duzentos mil euros. -----

Segundo esta Câmara iria começar a fazer uma redução da taxa a cobrar de IMI, sabem qual foi a variação do IMI em relação a dois mil e treze? Foram mais dois milhões de euros de receita de IMI para a Câmara, ou seja, a Câmara tem mais dois milhões de euros de IMI, tem apenas menos duzentos mil euros do IRS, um milhão e oitocentos mil euros de receita

a mais naqueles que disseram que seriam impostos a compensar pela DERRAMA, e depois tem mais um milhão e seiscentos mil euros da DERRAMA. -----

Ou seja, as contas do PPD/PSD de dois mil e treze, se não tivessem os cinco milhões de euros de provisão e se tivessem um milhão e seiscentos mil euros de DERRAMA, o resultado da Câmara de dois mil e treze era melhor do que o da Câmara de dois mil e catorze. -----

Contratos-programa, que diziam que tinham parado, mas no ano de dois mil e catorze está refletido um aumento de um milhão e duzentos mil euros em contratos-programa com o Governo Regional da Madeira. -----

Mas vamos a mais uma engraçada, cinco milhões de provisão que não foi feita, uma DERRAMA criada para compensar impostos que afinal aumentaram. -----

Vejam o outro pincel do *fotoshop*, certificação legal de contas, os auditores dizem da conta da Câmara que é uma reserva, e as reservas são aquilo que os auditores dizem que está menos bem. E o menos bem a que eles se referem, tem a ver com as questões que já eram anteriormente apontadas pelos auditores, a dificuldade de avaliar todo o património da Câmara, outras que se repetem e uma que continua e que é a que não foi possível obter a totalidade da resposta dos advogados. -----

O ano passado a Senhora Ex-vereadora Dra. Filipa Jardim Fernandes, disse nesta Assembleia que isso era falta de insistência da Câmara junto dos advogados com quem trabalhava para conseguir recuperar, e que no ano seguinte isto seria muito melhor e já não era reserva, mas está aqui outra vez. Afinal, ou a Câmara antes não fazia assim tão mal, ou esta não consegue fazer melhor, há novamente uma reserva dos auditores a dizer: *não se consegue receber a totalidade das respostas dos advogados*. Igual à Câmara anterior, que os senhores criticavam mas está aqui igual, eu não acho que seja problema da Câmara,





mas agora os senhores provavelmente também vão achar a mesma coisa porque agora já é convosco. -----

Agora vamos ao mais importante, porque esta reserva nós não tínhamos nas nossas contas, e era eventualmente uma reserva que poderia ser corrigida porque os auditores não lançam reservas nas contas, sem antes discutir com o cliente, mas esta Câmara achou que não, achou que devia manter este *fotoshop* como está, porque lhe interessava, e assim assumir uma reserva nas contas. -----

No 7.4 da certificação legal de contas, a última frase diz: "Assim, a execução orçamental a 31 de dezembro de 2014 encontra-se sobreavaliada em cerca de 920 milhares de euros". Ou seja, é quase mais um milhão de euros que os auditores dizem que para eles está a mais, isto teve que ver com verbas que foram de dois mil e treze contabilizadas em dois mil e catorze, verbas de dois mil e catorze que não foram contabilizadas no ano, ou seja o chamado catoff, a especialização do exercício. -----

Estes são valores que empolam o tal resultado positivo que o Senhor Presidente da Câmara propaga de três milhões de euros. Ora, tirando a provisão de cinco milhões que este ano decidiram não meter, vai para menos dois negativo, tirando este valor, um milhão, que os auditores dizem não reconhecer como proveito, já vai para menos três negativo, e se tira-se a DERRAMA, que não havia anteriormente, já tínhamos um prejuízo este ano de menos cinco milhões de euros. Ou seja, tivemos aqui um *fotoshop* de seis milhões de euros e um novo imposto de um milhão e seiscento mil euros. -----

Meus senhores, eu percebo a vontade de mostrar trabalho feito, percebo a vontade de mostrar que fazem melhor que os outros, mas não é assim que se faz. Há quem chame a estas coisas engenharia financeira ou engenharia contabilística, eu não gosto de abusar nos adjetivos, mas isto não é engenharia financeira, isto é manipulação descarada das contas. E para percebermos muitas vezes a diferença de tratamento, se estes seis milhões

de euros que estão contabilizados, apenas para mostrar um resultado positivo, se fosse no nosso tempo, as primeiras páginas dos jornais eram, *Câmara acusada de manipular as contas*, mas não, agora como provavelmente temos outra cor na Câmara vamos ter resultado positivo de três milhões de euros na CMF. -----

Meus senhores, o nosso trabalho aqui é de avaliar as vossas contas, o vosso trabalho, saia o que saia na comunicação social, fale o Senhor Presidente da Câmara o que quiser aos microfones, passe lá para fora a imagem que quiser, assine as contas que quiser, o Senhor se não fizesse esta maquiagem nas contas da Câmara de dois mil e catorze não tinham o resultado positivo de três milhões de euros. Mais, eu até acho que isso é uma má estratégia da sua parte porque uma Câmara que diz que se preocupa apenas em amortizar a dívida, quando diz que tem três milhões de euros de resultado a população vai dizer o quê? Então invistam vão ficar com o lucro aí dentro? Têm lucro para quê? Para pagar a dívida? -----

Mas a Câmara quando paga a dívida não está a fazer mais do que a sua obrigação, esta Câmara não está a ir buscar verba que era para investimento e a pagar dívida. Quando o empréstimo chega à sua data de liquidação, tal como a anterior Câmara pagaria esta Câmara também tem de pagar, só que a diferença é que a anterior Câmara pagava a dívida e o que fazíamos era também investimento. -----

O que esta Câmara vem aqui tentar fazer ver é que a dívida é um problema, meus senhores a SONAE tem uma dívida maior do que a papelaria do Colégio, e isso é mau? Não. -----

A dívida é um problema é quando não pode ser paga, a dívida quando pode ser paga é benéfica para o desenvolvimento porque é isso que cria investimento, nenhuma Câmara, nenhuma empresa, nenhuma família investe sem criar dívida. Quando compramos a nossa casa temos que criar dívida, quando uma empresa é fundada, criada e investe tem de criar dívida, quando uma Câmara quer investir naturalmente tem de pedir crédito, tem de pedir



empréstimo e esta Câmara nunca faltou com os seus compromissos e agora também não falta, falta é com o investimento. -----

Esta Câmara, e é isso que refletem estas contas, é essa a fotografia adulterada para ter um resultado positivo, mostra o que nós vimos defendendo já há muito tempo, esta Câmara está parada, esta Cidade está estagnada e esta Câmara faz apenas gestão de condomínio, não investe nada, não faz mais nada e no fim do tempo vocês serão julgados pelos eleitores e são esses que darão o veredito final. -----

É por tudo isto meus senhores, e principalmente porque tecnicamente as contas estão adulteradas e estão feitas para que mostrem um valor que não é o real, que merecerão o nosso voto contra aquando da votação das Contas de dois mil e catorze”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, do GMM** pediu o seguinte esclarecimento ao Deputado Rui Cortez: “Porque é que foram feitos planos de pagamento? Cumpriam os pagamentos? Era essa a governação responsável do PPD/PSD? -----

E o único advogado que não forneceu informação necessária é um advogado que transitou processos antigos da vereação anterior”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** disse que por não ter sido feita nenhuma pergunta em concreto, não tinha nada a esclarecer. -----

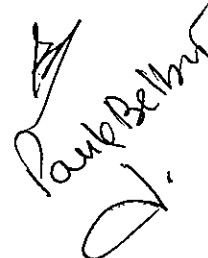
**2. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** começou por dizer: “Estive atento na apresentação do Senhor Vereador do pelouro sobre a apresentação da conta de dois mil e catorze, que diz que é uma conta que apresenta uma boa gestão, uma gestão equilibrada e apontando pelas boas práticas e regras do princípio orçamental. E isso é verdade, lendo o princípio das regras do equilíbrio orçamental vê-se que foi conseguido nesta conta. -----

No entanto, foi conseguido à custa de dois ou três fatores que merecem a nossa atenção,

foi conseguido pela via da redução de prazo de pagamento aos fornecedores imposta pelo PAEL, e pela boa gestão interna, foi conseguido também pela redução da despesa corrente em cerca de dois milhões de euros. Mas pergunto, está aqui também a contribuição do PAEL? Os acordos que o Senhor Vereador argumenta constantemente quando nós apontamos alguma diminuição ou algum decréscimo, eu pergunto se estes dois milhões de euros também refletem aqui a não componente do PAEL? A redução da dívida municipal em cerca de onze milhões de euros, somos sensíveis a esse esforço financeiro que a Câmara conseguiu poupar e reduzir a sua dívida municipal em cerca de dez vírgula oito milhões de euros com poupança em juros e custos financeiros. Mas, estes juros como foi dito pelo meu colega, foi baseado na redução da Euribor? Ou por acordos conseguidos também por refletir pela diminuição da dívida que foi amortizada, e que por sua vez os juros serão menores em relação ao período anterior? -----

No que toca ao resultado líquido apresentado nesta conta, que o Senhor Vereador disse e bem, que apresenta o resultado positivo de três vírgula oito milhões de euros, desculpe que lhe diga, aqui tem de ser coerente. Fui coerente na discussão do orçamento para dois mil e catorze e na conta também de dois mil e treze, quando critiquei pela criação daquela provisão de seis milhões de euros que foi levada e com o argumento que era uma provisão que cobriam riscos, que a Câmara tinha essa responsabilidade de provisionar. -----

Na altura, chamei a atenção dessa provisão, foi chamada a atenção para as contas serem fiéis e demonstrarem a situação real e financeira da Câmara, essa provisão, com algumas dúvidas nossas mas que acatamos e aceitamos, foi contabilizada, foi registada, razão pela qual na altura deu-se aqui um resultado negativo nas contas apresentadas em dois mil e treze, foi discutível mas acabamos por aceitar os argumentos da Câmara. Não é que agora em dois mil e catorze, vemos a situação inversa, o problema persiste neste momento, nós sabemos que ainda não está definido para quando a devolução dos cinco vírgula cinco



milhões de euros do IRS do Orçamento de Estado, sabemos da controvérsia que existe entre o Governo Regional da Madeira e o Governo da República, e agora vem a Câmara mudar e alterar o seu procedimento que foi feito em dois mil e treze, alterou para dois mil e catorze, dois pesos e duas medidas, não posso estar inteiramente de acordo. -----

Porque temos que ser consequentes em termos de registo e em termos de avaliação das contas. Não posso estar num dado exercício, porque me serve, a apresentar uma provisão e registá-la, no ano seguinte porque já não me serve essa provisão, porque pretende também melhorar o resultado das contas, tornar a retirar essa provisão dando origem a um resultado positivo. -----

Senhor Vereador, quero-lhe dizer que mesmo que se aplica-se a provisão que em dois mil e treze o mérito do rigor da gestão financeira desta Câmara era positiva, não lhe tirava esse mérito, teve uma boa gestão, fez o equilíbrio das despesas correntes de funcionamento, conseguiu poupar, conseguiu reduzir, agora mudar à última da hora um critério acho que isso não fica bem. -----

No que toca à receita global, a sua execução foi na ordem dos setenta e oito por cento, sendo aqui os impostos diretos, o IMI, o IUC e o IMT a sua execução ultrapassa-se os cem por cento previstos. Logo, a execução por via dos impostos diretos, por via do imposto que recai no bolso das famílias e das empresas aumentou em cerca de nove por cento do que estava previsto. Quer isto dizer, a fatia do imposto que mais subiu foi no IMI em cerca de dois vírgula quatro milhões de euros. -----

A nossa proposta discutida no PAOD, faz todo o sentido olhando para estes números, faz todo o sentido baixar a receita junto das famílias numerosas e daquelas que têm imensas dificuldades em pagar trimestralmente o IMI. -----

Quanto à despesa global a execução fixou-se em oitenta e sete por cento, isto é, superior em nove por cento em relação à sua receita. -----

Em relação à execução de investimento que foram propostos e anunciados por este Executivo, não foi superior a sessenta e oito por cento do que estava previsto. -----

A nível de execução anual ficou pouco mais de cinquenta e quatro por cento da sua execução global. Ora aqui, ficou muito trabalho por fazer, muitas promessas que não foram executadas, no que toca por exemplo à Habitação, uma das carências enormes no Concelho do Funchal, foi executado apenas trinta e um por cento do que estava previsto uma verba irrisória, nas funções sociais foram pouco mais de setenta e quatro por cento da sua execução. -----

Essencialmente no saneamento básico não ultrapassou os sessenta e sete por cento do que estava previsto, isto é, ficou muita coisa por fazer, muita promessa anunciada no orçamento para dois mil e catorze e cujo investimento em termos camarários ficou aquém do que era aceitável. -----

Sabendo porém que o investimento já era reduzido, aquilo que foi proposto no orçamento para dois mil e catorze, na altura chamamos a atenção pouco mais de dez por cento do valor total do orçamento, representava cerca de onze milhões para obras de investimento público e chega-se à conclusão que pouco mais de sete milhões foram executadas. Isto é, representa cerca de oito por cento do valor total do orçamento, tudo aquilo que foi investido com a receita que foi arrecadada nesta Câmara, todo o mais foi para pagamento, porque todos nós sabemos, que houve um esforço enorme para reduzir o imposto, os encargos financeiros, o serviço da dívida, a diminuição dos empréstimos de médio e longo prazo, mas o facto é que mais de noventa por cento é para gestão corrente e gestão da própria Câmara. -----

Neste plano em termos de investimento, foram alguns executados com pouco mais de sete milhões de euros que representa cerca de nove por cento total do orçamento, muito pouco



para uma Cidade que vive com imensos problemas, que tem mais de cento e vinte e cinco mil habitantes com enormes carências sociais económicas. -----

Esta Cidade espera mais em futuros orçamentos, espera mais investimento público, espera e tem uma expectativa mais elevada do que aquela que foi feita nesta conta de dois mil e catorze. -----

Em termos do relatório de gestão, uma situação orçamental como já disse, que foi equilibrada, com rigor mas que peca por aquilo que já referi. Com uma preocupação apenas em reduzir o passivo financeiro, ficou muitas das preocupações que foram anunciadas aquando da discussão deste orçamento para dois mil e catorze, e que ficaram aquém do exetável e daquilo que era esperado. -----

O investimento previsto não foi executado, com a ajuda que todos nós já sabemos, o aumento da receita fiscal que foi imposta por esta Câmara, nós sabemos que pela primeira vez foi introduzida a DERRAMA, e que o orçamento que era cerca de um milhão, ultrapassou um milhão e meio e que as receitas também por via dos impostos indiretos superaram aquilo que era esperado, logo, esta Câmara começa a ter capacidade financeira e começa a deixar de ter argumentos para não investir no que toca ao investimento social, e no investimento que é necessário para dar o bem-estar aos milhares de funchalenses que infelizmente vivem com grandes dificuldades no Concelho do Funchal. -----

Queria também fazer ao Senhor Vereador algumas questões no que toca ao relatório de gestão. No quadro de venda de bens e serviços há dois valores que me chamam a atenção no que toca à venda de bens: na água houve uma redução em relação a dois mil e treze em cerca de dois vírgula quatro milhões de euros, porquê? -----

Queria também chamar a atenção para o aumento dos impostos indiretos que esta Câmara arrecadou em dois vírgula cinco milhões de euros em relação às mesmas rubricas de dois mil e treze. -----

Em relação aos custos e perdas em dois mil e treze tínhamos um total de custos de setenta e nove milhões de euros, em dois mil e catorze houve uma redução desses custos em cerca de dez milhões de euros. Mas aqui queria chamar a atenção de duas verbas que não pode passar em claro, porque quem lê isto pensa que é logo uma contenção de despesas e uma redução de custos de cerca de dez milhões de euros, quando efetivamente apenas foram de dois milhões de euros, em fornecimento e serviços externos. Estes dez milhões de euros que são refletidos em diminuição são referentes à não contabilização da provisão do exercício que foi criada seis vírgula cinco milhões, e em dois mil e catorze foram criadas apenas um milhão de euros, há aqui uma diferença de cinco vírgula cinco milhões de euros. Também há uma outra grande rubrica dos custos e perdas extraordinárias que em dois mil e treze, não sei porque valor é que chegamos tão alto na rubrica custos e perdas extraordinárias de quatro vírgula cinco milhões de euros, e no ano de dois mil e catorze não ultrapassou pouco mais de um milhão de euros, logo uma diminuição em duas rubricas em cerca de nove milhões de euros. -----

Uma sabemos muito bem porque foi, foi a não aplicação e o não registo da provisão do exercício para riscos e encargos e a outra por custos e perdas extraordinárias. Vê-se também na sua explicação que a razão fundamental destes custos e perdas extraordinárias em relação ao ano anterior são a diminuição de uma conta chamada correção dos exercícios anteriores. Gostava de saber se um valor tão alto com uma variação tão elevada de um ano para o outro, deu origem a esta diminuição de correções de exercícios anteriores. -----

No que toca à execução global, lógico que aqui ficou muito por fazer. -----

Nas funções sociais esta Câmara ficou muito aquém daquilo que foi publicado em termos de orçamento para dois mil e catorze, a execução não ultrapassou os sessenta e oito por cento em termos financeiros, mas acima de tudo afetou gravemente as funções sociais. --





Nalgumas verbas no que toca à habitação não ultrapassou os trinta e quatro por cento, no que toca ao saneamento básico não ultrapassou os sessenta e seis por cento, no que toca às águas e resíduos sólidos ficou pouco mais dos sessenta e quatro por cento e no que toca ao ambiente e conservação da natureza chegou aos oitenta e seis por cento.. -----

Nas funções económicas também houve uma diferença enorme em termos da sua exequibilidade, estas não ultrapassaram sessenta e um por cento daquilo que foi prometido.

Nas florestas vinte e oito por cento, em termos de mercado e feiras, todos nós sabemos que foi anunciado com alguma pompa e circunstância que havia alguma remodelação e algum melhoramento nos mercados e nas feiras, mas também pouco foi investido para além de trinta e um por cento, ficando mais de setenta por cento por executar. -----

Aqui, nota-se que para além da regra de equilíbrio orçamental, conseguiu ter nalguns ativos, contenção nas despesas, conseguiu diminuir a dívida municipal, conseguiu também diminuir os empréstimos de médio e longo prazo, conseguiu transformar empréstimos de curto prazo para médio e longo prazo, mas não posso deixar de lhe criticar um procedimento que deveria de ser coerente com aquilo que fez em dois mil e treze. -----

O resultado apresentado de três vírgula oito milhões de euros, não é um resultado que espelha a realidade líquida em termos financeiros, este resultado a ser aplicada a mesma provisão apresentava hoje um resultado negativo de um vírgula seis milhões de euros. --

Se apresenta-se a mesma provisão que apresentou em dois mil e treze, hoje estamos a discutir uma conta com o resultado negativo de um vírgula seis milhões de euros em substituição de três vírgula oito milhões de euros positivos. -----

Espero que na próxima conta a apresentar referente a dois mil e quinze tenha em atenção aquilo que acabamos de dizer, que a conta represente em termos de execução no que toca essencialmente às funções sociais que seja de valores mais elevados, sabendo que a partir de agora com os resultados apresentados, com a autonomia e equilíbrio financeiro que tem

disponível em cerca de dezanove milhões de euros, que pode endividar ou subscrever empréstimos de médio e longo prazo para fazer obra pública, obra camarária, espero que isso seja possível já em dois mil e dezasseis ou em dois mil e dezassete. Porque também aceito que estes primeiros dois anos foram para arrumar a casa, agora não tem a desculpa de nos próximos dois anos continuar com a mesma orientação, com os mesmos procedimentos. -----

O Funchal precisa de obra, de investimento público e de outra atitude desta Câmara”. ----

### **3. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**

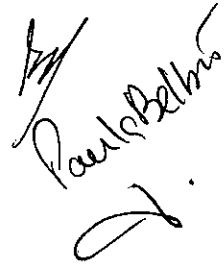
comunicou o seguinte: “Este Orçamento e Plano foi o primeiro apresentado pelo Executivo saído das eleições autárquicas de dois mil e treze. -----

Aquando da discussão do mesmo, a CDU colocou em conjunto de questões e teceu considerações que, em nosso entender, estão agora comprovadas nesta Prestação de Contas. -----

Confirma-se o peso dos Impostos Diretos na Receita e o contributo destes para o equilíbrio orçamental que se atingiu. Quer o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, quer o IUC – Imposto Único de circulação, atingem graus de execução muito superiores ao previsto. A Derrama, mesmo com uma taxa reduzida de zero vírgula cinco por cento, permitiu ao Município arrecadar importantes verbas, resultando daqui a convicção de que, com a aplicação da taxa defendida pela CDU, ou seja um e meio por cento, o Município teria acesso a uma fonte de receita ainda mais importante. -----

A estas considerações junta-se o facto de, uma vez mais, ser correto o que sempre defendemos quanto aos parques de estacionamento e a importância de os mesmos estarem sob a esfera de administração por parte da Câmara Municipal. -----

Aqui não podíamos deixar de fazer referência ao facto de, ao contrário do que demagogicamente foi propagandeado, a redução da participação no IRS não se cifrou no



tal milhão de euros, mas sim numa redução de duzentos e cinquenta e oito mil euros e mais alguns cobrados. -----

Na Despesa para além da redução das chamadas Despesas de Funcionamento (também por via da diminuição das Despesas com Pessoal, fruto da redução de efetivos) e da redução dos encargos com Empréstimos a Médio e Longo Prazo, não deixa de ser negativo a diminuição dos apoios pagos a "Instituições sem fins lucrativos" e das transferências para as Freguesias. Num período em que, por via da crise, se torna necessário uma maior proximidade com as populações, diminuir os apoios nestas áreas não nos parece ser o mais correto. -----

No que concerne às Aquisições de Capital e ao Plano Plurianual de Investimentos, algo é claro: o "efeito PAEL" está presente e está para durar. Aliás, este efeito faz-se sentir em diversas áreas e rubricas da Prestação de Contas, condicionando e determinando questões com a redução de despesas, com prejuízo para o investimento público e a capacidade de estimular o crescimento económico local. -----

O Plano de Investimentos, o primeiro da responsabilidade deste Executivo, conforme dissemos, não correspondia aquelas que eram e continuam a ser as necessidades do concelho, esquecendo alguns dos aspetos fundamentais que se colocam à cidade e ao desenvolvimento do concelho. Sendo certo que apresenta execuções anuais relativamente elevadas em algumas áreas (por exemplo, nas Funções Sociais), no desmembramento do mesmo, não é de esquecer a baixíssima execução numa das áreas essenciais, a Habitação (trinta e um por cento anual, dezasseis e meio por cento no global). -----

Há que considerar diversos aspetos com influência no global desta Prestação de Contas. Assistimos a um conjunto de alterações legislativas que obrigaram à alteração de procedimentos e condicionou a atividade autárquica. E o sempre presente "efeito PAEL" que impõe um conjunto de constrangimentos que implicam, entre outros, a obrigatoriedade

de redução do investimento municipal, manietando, em parte, a capacidade de investimento do Município. -----

Não deixa de ser correto dizer-se que existiu algum esforço de redução de despesa, de procura de equilíbrios, de concretização de “encontro de contas” com outras entidades e fornecedores. Mas, a Câmara Municipal também dispunha de fatores favoráveis e que poderiam ter sido melhor explorados, nomeadamente na área da Receita. -----

Estamos perante uma primeira prestação de contas deste Executivo. Este Plano e Orçamento não apresentava a rutura que se exigia e que foi exigida por nós. No entanto, face a um conjunto de considerandos, desde já afirmamos que, aquando da votação, iremos optar pela abstenção.” -----

**4. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** transmitiu: “O que nós estamos a apreciar é a Prestação de Contas de dois mil e catorze e não qualquer orçamento ou investimento. -----

Estas Prestações de Contas foram feitas perante uma conjuntura atual deveras não muito propícia e também recebendo uma pesada herança. -----

Na nossa opinião os resultados foram positivos mesmo perante esta atual conjuntura, condicionados pelos pagamentos assumidos e pelo PAEL que se refletem nesta Prestação de Contas de dois mil e catorze. -----

A Prestação de Contas que mereceu na reunião de vereação a abstenção do PPD/PSD, do CDS/PP e da CDU. -----

Os documentos foram entregues atempadamente, ao contrário do que referiram os grupos parlamentares, e que na reunião de líderes o Senhor Vereador que tutela esta área prestou todos os esclarecimentos solicitados por todos os presentes, inclusivamente alguns documentos em anexo que também foram distribuídos. -----

Sem entrar em balões nem instalar balões na nossa Cidade, penso que esta prestação de



contas de dois mil e catorze, reflete uma gestão competente e criteriosa. -----

Um facto, que aqui foi sublinhado, foi o elogio ao passado recente da anterior gestão camarária, mas quem faz uma boa gestão não necessita de ser resgatado nem de recorrer a qualquer plano económico, ou seja, quem fez uma boa gestão não precisava de elaborar planos de pagamento a médio e a longo prazo, condicionando a ação dos futuros executivos, hipotecando inclusivamente obras, investimento e também intervenções sociais, quando essa gestão está marcada, não só no presente como para o futuro. -----

Aliás, de uma forma séria e muito responsável, nós sabemos que as atitudes tomadas no passado recente, não só vão-se refletir nas prestações de contas de dois mil e catorze como também, e não vamos esquecer que o PAEL vai vigorar até dois mil e dezoito, há outras prestações e há outras contratualizações e planos de pagamento que serão efetuados a longo prazo. -----

Nós temos neste documento umas contas mais rigorosas em termos contabilísticos, e ser rigoroso é importante para fazermos a real radiografia das contas desta Autarquia. Mais rigoroso porque em termos contabilísticos com base nas remunerações legais houve algumas alterações, como por exemplo as amortizações têm a efetiva atualização e correção quando antes serviam para outras engenharias contabilísticas. -----

Destacar que houve um corte significativo nos custos e nas despesas. -----

Temos a Cidade do Funchal a cumprir e a honrar todos os seus compromissos. -----

Os empréstimos a médio e longo prazo, logicamente que no passado contratava-se serviços, adquiria-se bens e depois o pagamento logo se veria. Hoje a gestão é ponderada e responsável com base em boas práticas contabilísticas. -----

Há também que destacar a questão do pagamento a tempo e horas, no passado recente tínhamos muitos empresários funchalenses que desesperavam pelo pagamento da prestação de serviços e fornecimento de bens, e nós temos hoje a média atual do

pagamento a fornecedores de sessenta e oito dias. Destacamos este bom procedimento, que é uma forma de inclusive de não convidar os nossos empresários a terem várias dificuldades em cumprir todas as suas obrigações. -----

Sublinho também a redução total de quinze por cento da dívida. -----

Perante estes factos, logicamente que a prestação de contas conseguiu atingir a maior parte dos seus objetivos. -----

Vamos falar de factos, a DERRAMA já foi prevista num anterior orçamento elaborado, na altura, pela maioria do PPD/PSD. E aqui deixo uma questão sobre a mesa, que é: foi colocada a DERRAMA no orçamento, não foi executada, ou seja a DERRAMA foi colocada no orçamento para empolar o orçamento, ao não ser executada houve uma grande falha do Executivo, o Tribunal de Contas detetou essa manobra "manhosa", e depois essa manobra não passou junto do Tribunal de Contas. -----

Acontece, inclusivamente os Deputado Municipais da oposição nesta sala que se abstiveram sobre esse orçamento, hoje inclusive têm uma coima a pagar ao Tribunal de Contas. Portanto não foi a primeira vez que a DERRAMA foi apresentada nesta Casa. ----

É lógico que uma pesada herança financeira e os anos fiscais não são estanques, e hoje aqui alguém referiu-se sobre as questões sociais, com efeito não há mais meios disponíveis para combater a grave crise social, feita não só por uma conjuntura regional e inércia de um governo regional que ao longo dos anos pouco ou nada fez, mas também pela atitude de um governo de direita que governa a nível nacional e tem coartado meios ao Poder Local, e ao Poder regional. -----

Como é lógico a questão do IRS foi aqui levantada e debatida. Há uma questão mais do que a questão técnica e jurídica de que muitas Autarquias recorreram desta decisão e se estão em Tribunal com a decisão desta natureza, há aqui uma questão política. -----

Só que a questão política é esta: se o anterior Presidente da Câmara que colocou o anterior

*Paulo Beltrão*

Governo Regional em Tribunal por ter ficado indevidamente com cinco milhões de euros, que protestou e que reivindicou que esses cinco milhões de euros fossem pagos à Autarquia, logicamente que o atual Presidente do Governo Regional terá coerência política e devolverá os cinco milhões de euros retidos indevidamente, e pagará com os devidos juros que são cerca de dois milhões de euros. -----

Outra coisa não seria de esperar, porque os políticos podem ter falta de coerência política, mas desta vez espero que a coerência política prevaleça e que o que se promete na campanha eleitoral se cumpra nos dias seguintes. -----

A apresentação das contas merece o nosso aplauso, a nossa avaliação positiva e rejeitamos as forças de bloqueio que serão julgadas pelo eleitorado”. -----

**5. O Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** aludiu:

“Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos gostaria de referir que as prestações de contas desta Câmara, têm sido pautadas pela transparência e rigor, não há faturas escondidas, não há concursos escondidos, e o pagamento a tempo e horas tem sido uma bandeira desta Câmara, medida que tem sido bem aceite e até elogiada pelos fornecedores. -----

Quando se quer denegrir, aproveita-se tudo e refere-se, como por exemplo, o Programa Câmara à Porta em sentido depreciativo, e eu não vejo qual o sentido depreciativo desta medida. Esta medida foi uma ferramenta posta ao serviço dos cidadãos que têm a liberdade de escolher se querem ou não utilizá-la. -----

Não se referiu, por exemplo, o Orçamento Participativo que foi um sucesso e que toda a gente tenta minimizá-lo. -----

Não se valoriza a redução do IMI que no fim deste mandato é significativo. -----

Não se valoriza a Ajuda de Medicamentos aos Idosos. -----

Não se valoriza a dívida da Câmara anterior de quase cem milhões de euros, que

condiciona a vida desta Câmara. -----

Também foi dito que não se devia falar na Câmara anterior porque isso já passou, mas admira-me porque o Senhor Primeiro Ministro ainda hoje refere as dívidas do Partido Socialista de há quatro anos. -----

Esta Câmara infelizmente não tem as condições financeiras para o investimento como teve a Câmara anterior, apenas ficou com dívidas, sendo óbvio que o investimento não pode ser feito na medida em que esta Câmara queria. -----

A Câmara anterior até considerava que o investimento com a Cultura era efetivamente um investimento, quando à luz da lei esse valor é considerado uma despesa e não um investimento. -----

O lucro de um milhão e duzentos mil euros que o Ex-vereador Dr. Pedro Calado anunciava que tinha deixado na Câmara, afinal não tinha sido mais do que a não assunção de pagamentos aos fornecedores, cujas faturas estavam dentro da gaveta”. -----

**6. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** depois de referir-se sobre vários aspetos, menos agradáveis, da personalidade do Deputado Sérgio Abreu apontou: “Quero dizer-vos que acompanho as críticas que foram feitas e em primeiro lugar louvar a descida da dívida, mas também devemos de ser justos. Quem ler as contas de todas as Câmaras do País, a queda do endividamento é igual, semelhante ou maior, portanto, aqui não estamos a fazer nem mais nem menos do que os outros estão a fazer. -----

Estamos a pagar os disparates de trinta anos de despesa a mais nas famílias, nas empresas e nas Autarquias. -----

Agora vamos lá a uma coisa que é a regra da prudência, que nos diz: quando há uma receita que é incerta provisiona-se. A Dra. Filipa Jardim Fernandes provisionou uma receita





de cinco milhões e meio de euros porque ela era incerta, agora esta receita que estava provisionada deixou de estar. -----

Houve algum espanto por parte do Deputado Rui Cortez, mas veja o namoro que está aqui a ser feito, veja porque é que esta receita vai ser recebida: temos um novo Governo na Região que não sendo uma novidade, pois o mesmo já desempenhou altos cargos de responsabilidade durante o tempo que o PPD/PSD foi poder, gera naturalmente expetativas. -----

No que diz respeito à Câmara do Funchal as expetativas elevam-se pelo facto de ele ter desempenhado as funções de Presidente desta Autarquia e conhecer a realidade, e de nos últimos anos independentemente do seu interesse pessoal nas lutas internas pelo PPD/PSD-Madeira, ter estabelecido uma atitude reivindicativa para com o Governo Regional da Madeira. -----

Há aqui um novo pacto de amizade, esse dinheiro vai entrar por isso não é preciso provisionar. -----

Depois de umas eleições em que o Presidente da Câmara, não apareceu uma única vez ao lado da pessoa que o meteu ali, e que liderou outra candidatura para o Governo Regional. -----

Agora quero dizer-vos o seguinte: eu já percebi porque é que não foi feita a provisão das despesas, há alguns vícios que não param, descem a despesa social, mas quanto é que se gastou no Diário de Notícias? Sessenta e dois Mil euros. E não me digam que isto foi publicação oficiosa, a verdade é que quem ler o DN, pode perceber que o DN é o pasquim desta Câmara da Mudança. Aquilo que foi, durante anos a vergonha do subsídio do Governo Regional ao Jornal da Madeira, foi substituído pela Câmara para o DN. -----

Já agora quanto é que custou ontem aquela “festarola” com um fadista, que só ele recebeu de caché catorze mil euros? -----

Quando começou a Mudança, eu trouxe cá o Nuno da Câmara Pereira de graça, só paguei as viagens, convidei o Senhor Presidente da Câmara para estar lá e ele não esteve, porque a iniciativa não era da Mudança, era de um Partido da Mudança. -----

O vinte e cinco de Abril não precisa desse folguedo. -----

Eu vou votar contra as contas porque eu não aceito que numa Terra onde há gente que precisa de dinheiro para sobreviver e para se manter, e esta Câmara anda a gastar dinheiro em folclores e em propaganda de jornais que fazem o seu “panachinho”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia** que esclareceu: “Esta questão parece que gerou quase que um consenso de críticas a estas contas. -----

E começo por esclarecer o Deputado Lino Abreu, que não tenho qualquer problema se o resultado do exercício deste ano fosse negativo, isso não acrescentaria nem retiraria nada daquilo que tem sido o trabalho de rigor que temos feito. -----

Mas, permita-me desmistificar um erro, que espanta-me que tenha sido repetido, porque ao analisar as atas dos últimos anos, reparei que o Dr. Pedro Calado também tinha alguma dificuldade em separar aquilo que era o patrimonial do orçamental, a dificuldade não era dele, era em ser interpretado. -----

O que não julguei é que o Deputado Rui Cortez partilhasse dessa dificuldade, em separar o que é orçamental daquilo que é patrimonial, dada a sua área profissional. -----

Que fique bem claro para toda a gente que a provisão do IRS continua nas contas, a provisão do IRS não saiu. Agora, uma vez que estamos aqui a falar de uma análise patrimonial, ela manteve-se do ano passado para este ano como resultados transitados, e podem ver na página 1.3 do balanço, que estão vinte milhões de euros negativos de resultados transitados, onde se compreendem os seis milhões de euros de provisões que foram feitas no ano passado, sendo cinco milhões do IRS e um milhão de juros de mora.



Se nós retirássemos esta provisão, o que aconteceria era, como é que aumentaríamos os proveitos em cinco milhões? Portanto, as provisões mantêm-se e até recebermos o dinheiro do IRS, elas manter-se-ão nas contas. -----

Estes vinte milhões de resultados transitados encerram também, como se pode ver no gráfico da página 44, que diz: *a evolução das amortizações do exercício*. Aquilo que são as correções às amortizações dos exercícios de dois mil e nove até dois mil e treze. E se nos lembrarmos do resultado líquido do exercício de dois mil e nove, foram seiscentos mil euros. Se colocássemos as amortizações nesse exercício davam cinco milhões de euros negativos. -----

Em dois mil e dez, deu o resultado positivo de trezentos e cinquenta mil euros, se fossemos corrigir as amortizações, dariam um resultado negativo de três milhões de euros. -----

Em dois mil e onze, resultado positivo de quinhentos e quarenta e quatro mil euros, corrigido com as amortizações dentro daquelas que nós estamos agora a incluir, daria um resultado negativo de três milhões de euros. -----

Portanto, como vê não tinha qualquer problema em que o resultado das contas fosse negativo. -----

A importância que foi dada foi cumprir com as regras contabilísticas, e ser o mais transparente e rigoroso naquilo que está aqui vertido. E isso acredito que está de acordo com aquilo que foram todas as recomendações que o revisor oficial de contas nos fez, deste ano, daí, estarmos novamente a amortizar ao nível dos treze milhões de euros. -----

Como vêm, em dois mil e catorze estão aqui compreendidas também os cinco milhões do IRS do ano passado em resultados transitados. Ou seja, em patrimonial estamos a falar do ativo total da Câmara, e se forem analisar o balanço anual vêm que efetivamente houve uma redução do ativo por via destas correções de mil e quarenta e cinco milhões para mil e vinte e três milhões. -----

Portanto, em relação àquilo que é as provisões do IRS eu penso que estamos conversados, porque uma provisão faz-se uma vez, foi provisionado no exercício do ano passado. -----

Se tirássemos a provisão, tínhamos que colocar em proveitos este ano, ou seja, teríamos novamente reconhecido uma dívida de que tínhamos a certeza de a cobrar este ano e teríamos resultados positivos em mais cinco milhões de euros. -----

Como tal, aquilo que foi a opção da Dra. Filipa Jardim Fernandes em inscrever esta provisão, mantém-se refletida nas contas deste ano por via dos resultados transitados. ---

Esclarecendo o Deputado Rui Cortez, as taxas de juro Euribor ficaram praticamente inalteradas de um exercício para o outro naquilo que tem sido as comparações, e como tal, não houve qualquer implicação. Mais a mais, o próprio PAEL não se financia taxas de juro Euribor, mas sim à taxa de juro da República Portuguesa, é isso que está vertido no acordo com o PAEL com o Governo da República, como tal a Euribor aí conta pouco. -----

O que aconteceu em relação aos juros foi que, em dois mil e treze houve um conjunto de fornecedores que pediram juros de mora dos últimos quatro anos embora as faturas já estivessem liquidadas. Este ano, temos a apontar o facto de não ter havido novos fornecedores a pedir juros de mora, como tal, é por essa via que há esta redução de juros de mora. -----

Em relação às despesas correntes, disse que houve uma diminuição das mesmas por via dos acordos de regularização de dívida, que foram assinados pelo Executivo anterior. ----

Ora, estes acordos de regularização de dívida, começaram a ser pagos precisamente no exercício de dois mil e catorze, quanto muito, haveria um incremento da despesa e não uma redução, portanto, não é por essa via que as despesas correntes também baixaram.

Em relação às transferências para instituições com fins lucrativos, a diminuição de um milhão de euros, teve a ver com uma opção política deste executivo de não continuar a apoiar da forma como estava a ser apoiada a ASA e a ADECOM. Os programas foram



criados dentro da Câmara, e o facto de no ano anterior ter havido um conjunto de contratos-programa, quer com a ASA, quer com a ADECOM, que foram liquidados com as verbas que foram pedidas do PAEL. -----

Portanto, na prática não se está a reduzir um milhão de euros naquilo que são instituições sem fins lucrativos e para as famílias, o que aconteceu foi que em dois mil e treze, foi pago um conjunto de acordos de protocolos que tinham sido feitos quer com a ASA, quer com a ADECOM que foram liquidados em dois mil e treze. Estamos a falar de provavelmente dois ou três exercícios transferidos e liquidados em dois mil e treze -----

Naquilo que foi as despesas da habitação, de facto a habitação, e não é só neste exercício que estamos agora a analisar, sempre foi uma área difícil dentro das funções sociais, com execução orçamental muito baixa, há que reconhecê-la e é um facto que temos de trabalhar e olhar mais para esta área da habitação. Mas, de facto foi uma área onde a execução orçamental foi reduzida, embora também é preciso lembrar que aquilo que era o maior instrumento financeiro que ajudava a fazer investimento na habitação, foi direccionado para a lei de meios depois do vinte de fevereiro. -----

As dotações financeiras para habitação por via do instrumento financeiro do IRU, foram cativadas para a lei de meios, e como tal, essas verbas retiraram à Câmara autonomia para utilizar esse expediente que antigamente era, e bem, utilizado como aqui foi referido.

Em relação ao aumento do IMI, não houve aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis mas sim uma redução, e queria salientar que apesar do facto de termos reduzido a taxa de IMI, houve uma receita superior. -----

Quanto à DERRAMA, é um imposto que foi criado para fazer face à diminuição do IRS, e em relação a essa diminuição digo-vos que não foi uma redução de duzentos mil euros, mas sim uma redução de um milhão e duzentos mil euros, ou melhor, foi a devolução que nós fizemos às famílias e aos trabalhadores. -----

Aquilo que é as transferências líquidas para o Município do Funchal, é que foram duzentos mil euros a menos. Porque, no exercício de dois mil e catorze houve a reposição de vencimentos, fazendo com que as famílias voltassem a ter maiores rendimentos, e como tal pagar maior IRS. -----

Portanto com a devolução de um milhão e duzentos mil euros o impacto líquido na Câmara é de duzentos mil euros. -----

Em relação aos contratos-programa, esse expediente não existe, não há novos contratos-programa a serem feitos, só há os cronogramas financeiros que tinham sido assinados antes do PAEF e terminaram em dois mil e catorze. Por isso, não há mais receitas em dois mil e quinze a não ser que no final deste ano haja a possibilidade de voltarmos a criar estes instrumentos de gestão municipal. -----

Permita-me que lhe diga Deputado Rui Cortez, que já tinha lido a sua analogia entre a Papelaria Condessa e a SONAE, entendo e de facto concordo, que há boa dívida e má dívida e uma dívida não tem que traduzir algo mau. -----

Pois há uma boa dívida, que é quando nos endividamos para investir e tem reflexos no ativo, está no património do Município. Mas, devo dizer que não foi isso que aconteceu no caso do Município do Funchal, em que o PAEL serviu para pagar setenta e cinco por cento de despesa corrente. Ora, despesa corrente não é uma boa dívida, setenta e cinco por cento ou seja, vinte e um vírgula quatro milhões de euros foi para pagar despesa corrente. Adicionalmente ainda temos planos de pagamento, depois do PAEL houve um novo endividamento de vinte milhões de euros, novamente de despesa corrente. Isto é má dívida, despesa corrente não é boa dívida, isto não acrescenta nada ao património do Município, não acrescenta nada ao ativo do Município. -----

Portanto, vemos que com o PAEL e com os acordos de pagamento, já vamos em quarenta milhões de euros para pagar despesas correntes, ou seja para pagar má dívida. -----

*Paula Bellon*

Mais uma vez, ouvi a sua analogia e desta vez parece-me que ficou claro entre aquilo que é boa dívida. Tivemos sete milhões de euros de investimento, pagos com o PAEL e tivemos quarenta milhões de euros de má dívida paga com o PAEL, e com os acordos de pagamento feitos com as empresas do setor público regional, nomeadamente a IGA, Valor Ambiente, EEM e SESARAM. -----

Falando agora sobre as vendas de bens e serviços e o facto de terem reduzido. Em relação às vendas, e quando se analisa receitas, estamos a falar daquilo que são custos financeiros, portanto é uma execução orçamental. Se analisarmos os custos, que é o resultado dentro do exercício entre um de janeiro a trinta e um de dezembro, verificamos que as vendas de bens e serviços correntes, dentro do exercício, subiram. -----

Não houve um aumento do tarifário da água, até interpormos uma ação judicial contestando o aumento desse tarifário, dando-nos legitimidade para poder não reconhecer o valor de catorze por cento acima do preço do custo da água que nós é vendido em alta. Estivemos a assumir, internalizamos esses custos para não refletir no tarifário aos consumidores finais. É algo que acreditamos que os consumidores do Funchal não devem ser chamados a pagar maus investimentos por empresas públicas regionais, e como sabe temos isso em contencioso judicial. Portanto, em relação a esse aspeto é algo também que vale a pena salientar que tivemos três meses a assumir um tarifário novo, catorze por cento acima até termos a ação judicial interposta, contestando esse aumento de catorze por cento também foi aqui refletido. -----

A Deputada Herlanda Amado, disse que o PAEL está para durar e é um facto, está para durar nos próximos catorze anos apesar de no próximo ano não haver do ponto de vista orçamental, liquidações de PAEL que venham a estar a adulterar a comparação direta entre despesas de dois anos, mas vamos ter com certeza catorze anos a liquidar e foi no ano

passado que pagamos três milhões de euros de capital do PAEL e novecentos mil euros de juros. -----

O PAEL está para durar nos próximos catorze anos e é um ónus que esta Câmara terá que viver nos próximos catorze anos, e os munícipes do Funchal terão que o pagar. E isso acaba por ficar vertido depois, naquilo que é a nossa política de investimento, naquilo que é a nossa política social, em tudo aquilo que nós podemos fazer em prol dos munícipes do Funchal. Portanto, podemos tentar não falar no passado, mas o passado pelo menos nos próximos catorze anos vai ter que viver connosco neste Município”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** pediu o seguinte esclarecimento: “Senhor Vereador, uma vez que apontou que eu estaria a interpretar mal aquilo que são os dados, eu peço um esclarecimento em relação ao que acabou de dizer. -----

Eu não faço confusão entre aquilo que é registo patrimonial corrente de despesa orçamentado ou contabilizado, provavelmente terá que ensinar sobre alguma coisa de contabilidade é o seu Presidente da Câmara. Porque é o Senhor Presidente da Câmara que apresentou aqui hoje por escrito os três milhões de euros de lucro da Câmara. -----

Ora, o Senhor Vereador sabe que os três milhões de euros são reflexo da demonstração de resultados, que contabiliza aquilo que foi despesa e receita. -----

Não é verdade que uma provisão é registada uma só vez, uma provisão é registada nas contas a cada exercício que se julgar necessário precavê-la. Ela caduca, naturalmente, com a liquidação da dívida, quando diz que é registado uma só vez, percebo o que me diz, mas ela transita para o ano seguinte, a não ser que seja anulada pela cobrança da dívida. -----

Ora, que eu saiba não foram recebidos os cinco milhões de euros, ela foi anulada não pela contrapartida de um recebimento. E diz o seu relatório o seguinte: “As provisões do



*Paul Belbin*

Exercício ascendem a um M€, inferior em cinco vírgula cincoM€ comparativamente ao ano de dois mil e treze. -----

Esta variação deve-se maioritariamente à provisão de cincoM€ registada em dois mil e treze, pelo reconhecimento da decisão do Acórdão nº 398/2013, do Tribunal Constitucional, relativo ao processo que o Município do Funchal intentou contra o Ministério das Finanças para que este procedesse à transferência da verba referente à participação variável no IRS do ano de dois mil e nove e dezembro de dois mil e dez...". Ou seja, no seu relatório diz plasmado que havia em dois mil e treze uma provisão e que deliberou não fazê-la em dois mil e catorze decidiu não contabilizá-la, não por recebimento, mas apenas deliberou que seria cobrável. -----

Por último, queria perguntar-lhe sobre a variação dos quinze milhões de euros de aquisição de bens e serviços, que diz no quadro do relatório menos do que dois mil e treze, mas nessa coluna três desses resultados, que somam doze milhões dos quinze milhões, são os acordos feitos pela Câmara anterior com o IGA, EEM e Valor Ambiente. Dos quinze milhões que o Senhor apresenta, doze milhões foram negociados em dois mil e treze, é poupança graças à diminuição negociada, portanto não foi nada que nos tivéssemos enganado ou feito mal as contas". -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Gouveia** esclareceu: "Estou a ver aquilo que quer dizer em relação à aquisição de bens e serviços, mas não foram os acordos de pagamento, isto foi a liquidação do PAEL e os encontros de contas por via do PAEL, os acordos de pagamento estão cá para ficar até dois mil e dezoito são cinco anos, vamos ter que os pagar, são vinte milhões de euros, não são estes que aqui estão. -----

Em relação às provisões, quando diz "as provisões do exercício ascendem a um M €", isto são novas provisões, que como sabe, temos um conjunto de processos judiciais e há um conjunto de riscos, quer por processos judiciais, quer por dívidas de cobrança duvidosa,

que inscrevemos este ano, adicionais aos cinco milhões e meio do IRS do ano passado e novecentos mil euros de juros de mora que foram provisionados o ano passado. -----  
Esses passam como resultados transitados e vão somar a este um milhão de provisões este ano, quando fazemos uma comparação com o ano passado, há de facto uma redução mas não estamos a falar da mesma provisão, sendo cinco milhões do IRS do ano passado mais novecentos mil euros de juros de mora, e este, uma nova provisão de um milhão de euros. É isto que este relatório quer dizer”. -----

--- De seguida passou-se à votação do **Ponto dois**, tendo mesmo sido **aprovado por maioria com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, cinco do CDS/PP, dezoito votos contra, sendo quinze do PPD/PSD, três do PND e três abstenções do PCP/PEV.** -----

#### **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** anunciou: “Somente para memória futura, de que realmente quem deu uma apreciação positiva às contas apresentadas, não quis se associar a uma força de bloqueio que insiste em bloquear a Autarquia”. -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** declarou: “Venho dizer que votei contra pelos motivos que enunciei, e votei contra porque o resultado de umas contas desequilibradas é mais dívida, e o que vamos votar a seguir é mais dívida e eu vou votar contra a mais dívida. -----

Dizem que houve 3 milhões de lucros, onde é que eles estão? -----  
Vão ter que aprovar mais 3 milhões de dívidas apesar de ter 3 milhões de lucro que ninguém os vê”. -----

--- Por esta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** anunciou a alteração na composição da Mesa, porque a 1.<sup>a</sup> Secretária, por motivos justificados, teve de se ausentar,



sendo substituída pelo Deputado José Gabriel Pereira de Oliveira. -----

Informou também da chegada à Mesa da resposta ao pedido de esclarecimento e informação, relativa à cobrança de taxas relativamente à remodelação em curso do Estádio dos Barreiros, pedido esse feito pelo Senhor Deputado Donato Macedo. E que o mesmo será digitalizado e enviado por via eletrónica para todos os Senhores Deputados. -----

**--- Ponto três - Financiamento a curto prazo para o ano de 2015, em observância da**

**al. f) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia** para apresentar este ponto, o qual começou por dizer o seguinte: "Este empréstimo, ao contrário do que foi dito, não é um empréstimo que vise o endividamento, nem tão pouco financiar qualquer tipo de investimento de médio ou longo prazo da Câmara. É um empréstimo que é feito todos os anos e serve para fazer face ao apoio à tesouraria, e para de alguma forma conseguir equilibrar aquilo que é a sazonalidade de alguns impostos diretos, nomeadamente a sazonalidade do IMI que recebemos em maio, julho e dezembro. Este empréstimo já foi feito o ano passado e tem por obrigação ser liquidado até ao final do exercício. -----

Normalmente este empréstimo vem mais cedo, este ano veio nesta altura, porque, e aqui sim uma questão relacionada com as taxas Euribor uma vez que este empréstimo de apoio à tesouraria está indexado à Euribor, houve aqui alguma divergência porque os bancos, uma vez que as taxas Euribor chegam a ficar em valores negativos, numa primeira fase não tinham cumprido com aquilo que tinha sido levado a concurso. Este foi um concurso público, e depois só há poucos dias, conseguimos com que o articulado do contrato não prevê-se a questão que a banca pretendia, que era evitar que a Euribor em preços negativos viesse a absorver parte daquilo que é o *spread* que eles praticam nesta proposta. O ano passado tivemos um empréstimo semelhante de três vírgula cinco milhões de euros e não foi utilizado nenhuma vez este empréstimo, porque ele só é utilizado caso haja

necessidades de tesouraria, e só pagamos juros na medida da proporção daquilo que utilizarmos dos três milhões de euros”. -----

**NÃO HOUVE INSCRIÇÕES.** -----

--- Posto à **votação o Ponto três**, o mesmo foi **aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor, sendo quinze do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três votos contra do PND.** -----

**NÃO HOUVE DECLARAÇÕES DE VOTO.** -----


--- **Ponto quatro - 1ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) de 2015, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o Senhor Presidente deu de novo a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia** que transmitiu o seguinte: “Esta é a proposta da primeira revisão orçamental e do PPI do ano económico de dois mil e quinze, esta proposta compreende três alterações ao Plano Plurianual de Investimento. -----

Primeiro, passa por registar as rubricas dos vencedores do Orçamento Participativo, que foram inscritas no Plano Plurianual de Investimentos como diversas não especificadas, e agora serão devidamente classificadas de acordo com a sua classificação económica, até, para no próximo ano pudermos identificar aquilo que são as execuções dentro destas rubricas. -----

Portanto, os seis projetos que foram vencedores do Orçamento Participativo estão aqui plasmados. -----

Também inscreve-se um saldo de gerência do ano passado, este sim um saldo de tesouraria, não é o lucro mas o saldo que é transferido do exercício do ano anterior para este exercício do ponto de vista orçamental, de um milhão e oitocentos mil euros, e ainda a reclassificação do FAM que constava no orçamento inicial aprovado em outubro. -----

Mas após uma instrução emitida pela DGAL em março, diz que o fundo de apoio municipal



deve ser inscrito como investimento e não na rubrica que estava inscrita, uma vez que o fundo de apoio municipal, futuramente também trará dividendos aos municípios que não subscrevam uma forma de solicitação de empréstimos. -----

Como tal, são estas as três alterações, inscrição do FAM, saldo de gerência e inclusão das obras do Orçamento Participativo”. -----

**NÃO HOUVE INSCRIÇÕES.** -----

--- O Senhor Presidente passou à votação do **Ponto quatro**, tendo o mesmo  **sido aprovado por unanimidade com quarenta votos a favor.** -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** manifestou-se: “Só para registar que o resultado transitado, um vírgula oito milhões de euros, dispensava a contração do empréstimo anteriormente deliberado”. -----

--- **Ponto cinco - Suspensão de aplicação de normas do Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água para o Concelho do Funchal e da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, em observância da al. b), c) e g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, foi novamente apresentado pelo  **Senhor Vereador Miguel Gouveia** que transmitiu o seguinte: “Esta proposta de deliberação trata-se da suspensão de aplicação de algumas das normas do regulamento dos serviços de abastecimento de água, nomeadamente aquelas que se revestem com a alteração da titularidade dos contratos. - Há um esforço deste Executivo em ter a atualização dos dados de clientes, esta é uma das medidas que fará parte de um pacote de medidas de incentivo à atualização de titularidade para os atuais usufrutuários dos contratos. -----

Assim, neste caso estamos a solicitar a isenção da taxa de alteração de titularidade do contrato que são sete euros, e também a abrangência daquilo que é a cedência de posição

contratual existente, quer seja transmitida por óbito ao cônjuge, aos pais ou por consequência de separação judicial ou de facto”. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD** proclamou: “O Grupo Parlamentar do PPD/PSD, antevendo o seu sentido de voto, nada tem a opor a esta suspensão, que ora se discute. Aliás, esta medida foi tomada, também, pelo PPD/PSD, na sua Vereação, embora por um período de tempo mais curto (três meses). No entanto, gostaria de chamar a atenção que, no texto da “Exposição de Motivos”, há um lapso: no 1.º parágrafo, 5.ª linha, refere-se, e cita-se: “Por sua vez, a al. e) do n.º 2 do art.º 62.º do citado diploma \* ...” (fim de citação) -----

\* Qualifica com o preço o restabelecimento da ligação de água....” -----

Ora, não é o art.º 62.º do Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água para o Concelho do Funchal que qualifica com o preço o restabelecimento da ligação de água, mas antes o art.º 66.º deste mesmo Regulamento, pelo que se solicita a correção do texto, nesta parte. -----

Por outro lado, e não obstante esta medida merecer a nossa concordância, há um fator que nos causou muita estranheza. -----

É do conhecimento do Grupo Parlamentar do PPD/PSD que esta Câmara procedeu à notificação do munícipe para virem atualizar os respetivo contratos de fornecimento de água, antes da aprovação desta medida que ora se discute, com o claro intuito de se cobrar as receitas que agora se pretendem suspender, pelo período de um ano. Mais grave ainda é que essa notificação determinava que, caso o munícipe não viesse atualizar o seu contrato de fornecimento, o mesmo iria ser suspenso, só sendo restabelecido com os inerentes custos, já não ao abrigo da al. g) do art.º 25.º (ou seja, averbamento do contrato

*Paulo Beltrão*

de fornecimento em nome do munícipe, cujo contador esteja ainda em nome de outra pessoa), mas os de qualquer tipo de incumprimento imputado ao munícipe. -----

Neste sentido, e caso assim se tenha passado, é obrigação desta Câmara devolver as verbas aos munícipes que, entretanto, tenham sido cortados a virem atualizar os seus contratos de fornecimento, antes da implementação desta medida. -----

Doutra forma, esta só será mais uma medida meramente demagógica, despropositada e, dir-se-ia, sem qualquer conteúdo útil, mas apenas para esta Câmara, perdoe-se o plebeísmo, ficar bem na fotografia.” -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP** colocou a seguinte questão: “Se esta atualização se se destina somente para atualizar os processos que estão suspensos anteriores a esta suspensão, ou se se destina também, durante a vigência desta suspensão para casos que entretanto ocorram?” -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Gouveia** esclareceu: “Esta suspensão visa exclusivamente a alteração da titularidade dos contratos. Os contratos novos não são abrangidos por esta proposta, até porque o nosso objetivo é a atualização daquilo que já existe. -----

Em relação às questões levantadas pelo Deputado Pedro Gouveia, de facto é verdade que este Executivo tem feito um esforço de fazer a atualização no local, notificando alguns dos consumidores de água, a fazerem a atualização dos seus dados, e é verdade que esse articulado vem na notificação. Mas, o seu a seu dono, quem iniciou este processo de atualização foi o Executivo anterior e vem sendo a ser feito desde dois mil e doze, passando um pouco por todo o concelho do Funchal, e posso-lhe garantir que não foi alterado rigorosamente nada daquilo que tem sido a notificação. -----

Portanto, deste Executivo não há qualquer tentativa de coação aos nossos consumidores para que seja efetuada a alteração da titularidade, não houve qualquer tentativa da nossa parte de tentar obter mais receitas por esta via. -----

Este assunto, já foi falado em reunião de Câmara e na altura própria foram informados os serviços, para indicar que esta proposta viria a esta Assembleia Municipal. E todos aqueles que se dirigiram aos Serviços Administrativos das Águas, para fazer esta alteração de titularidade, têm os processos neste momento em suspenso, até aguardar a aprovação desta deliberação para posteriormente serem despachados”. -----

--- Não havendo mais intervenções passou-se à **votação do Ponto cinco**, o qual foi **aprovado por unanimidade com quarenta votos a favor**. -----

**NÃO HOUVE DECLARAÇÕES DE VOTO**. -----

--- **Ponto seis - Centralização na AMRAM do procedimento concursal, necessário à contratação dos serviços para a Atualização da Carta de Riscos do Município do Funchal, sem prejuízo das competências do Município, em observância do disposto na al. b), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara:** “A AMRAM tem realizado no âmbito de todos os Municípios, contratualizado desde os Planos de Emergência, as Cartas de Risco e Simulações, tem tido essa incumbência de se candidatar a programas e respetivo financiamento, só que precisamos de uma autorização para a AMRAM proceder a essa candidatura”. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia passou à **votação deste ponto**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade com quarenta votos a favor**. -

**NÃO HOUVE DECLARAÇÕES DE VOTO**. -----

--- **Ponto sete - Centralização na AMRAM do procedimento concursal, necessário à contratação dos serviços para a realização de exercícios com vista a testar a operacionalidade do PMEPC do Município do Funchal, sem prejuízo das competências do Município, em observância do disposto na al. b), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, o qual o Senhor Presidente da Câmara prescindiu da sua apresentação**. -----



